



**LSPA**

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO  
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

A RELAÇÃO ENTRE A VIOLÊNCIA  
FILIOPARENTAL, A VERGONHA, A CULPA E A  
IDEAÇÃO SUICIDA: UMA REALIDADE  
SILENCIOSA EM CRESCIMENTO

MARTA ROCHA DE OLIVEIRA DIAS

Orientador de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA-PEREIRA

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA-PEREIRA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Professora Doutora Maria Gouveia-Pereira, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

## AGRADECIMENTOS

Este foi de facto o trabalho mais exaustivo que realizei e o que mais agrado me deu a concretizar, principalmente porque marca o culminar de cinco anos de percurso académico, acompanhados de muita alegria mas também de receio de falhar. Chegar até aqui não seria possível sem o apoio e a ajuda de algumas pessoas, a quem deixo os meus sinceros agradecimentos.

Primeiramente começo por agradecer à Professora Doutora Maria Gouveia-Pereira pela sua presença e disponibilidade ao longo deste percurso e por ter sido uma fonte de inspiração para a prática de Psicologia Clínica, transmitindo-me os seus vastos conhecimentos e reforçando o meu crescimento, não só a nível profissional mas também pessoal.

Às minhas colegas do seminário de dissertação, pela inter-ajuda, pelas sugestões, pela partilha de conhecimentos e inquietações e pela motivação que me deram na realização deste estudo.

À Direção, aos professores e aos adolescentes das escolas que permitiram a realização da recolha dos dados, pela colaboração e disponibilidade, pois sem estes o presente trabalho não seria possível.

À minha família, em especial aos meus pais, por serem o meu suporte e apoio incondicional, por me terem proporcionado o sonho de seguir o curso que escolhi, acreditando sempre nas minhas capacidades, pela enorme paciência e compreensão, pela disponibilidade e motivação mas acima de tudo um obrigada por simplesmente existirem e estarem sempre ao meu lado.

Ao meu namorado e melhor amigo, pelo seu tempo despendido a ouvir todos os momentos pelos quais passei, fossem de alegria ou tristeza, transmitindo-me segurança, compreensão, motivação e apoio mesmo perante as adversidades.

A todos os meus amigos, por me apoiarem e incentivarem durante esta longa caminhada, pelos momentos de partilha e amizade incondicional.

O meu profundo agradecimento a todas as pessoas que de alguma forma cooperaram para que este estudo se concluísse e que partilharam comigo os seus conhecimentos.

## RESUMO

Devido ao crescimento da incidência dos casos de violência e do aumento do número de comportamentos agressivos dos filhos contra os seus progenitores, a violência filio-parental corresponde a um tema de importante estudo. Por ser cada vez mais frequente, torna-se fulcral o seu estudo, nomeadamente, investigar a relação entre a violência filio-parental (física e psicológica) a vergonha, a culpa e a ideação suicida. Deste modo, com este trabalho, procurou-se analisar se os adolescentes que demonstram agressividade contra os seus pais apresentam níveis de vergonha e culpa devido às suas condutas. Assim como, se a ideação suicida nos jovens agressores é influenciada pelos níveis de violência. Tentou-se ainda investigar se a existência de conflitos interparentais tem maior influência nos comportamentos agressivos dos adolescentes contra os seus progenitores.

A amostra do estudo é constituída por 285 adolescentes, 149 do sexo feminino e 136 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos, provenientes de escolas da linha de Cascais. Foi pedido aos participantes para responderem aos seguintes instrumentos: Questionário de Agressão Parental, Questionário, The Children's Perception of Interparental Conflict Scale, Escala de Vergonha Externa e Interna, Escala Multidimensional de Culpa e Questionário de Ideação Suicida.

A análise dos resultados demonstrou uma relação linear entre a violência filio-parental e os níveis de vergonha e culpa. Concluiu-se também que os adolescentes que revelam maiores níveis de violência contra os seus pais apresentam também maior ideação suicida. Por outro lado, os jovens que testemunham conflitos interparentais em casa, em média, apresentam mais comportamentos violentos contra os seus progenitores.

**Palavras-chave:** Violência Filio-parental, Vergonha, Culpa, Ideação Suicida, Conflitos Interparentais

## **ABSTRACT**

Due to the growing incidence of violence cases and the increase in the number of aggressive behaviors of the offspring against their parents, the filio-parental violence corresponds to a theme of important study. As it is increasingly common, it is essential to study, in particular investigating the relationship between filio-parental violence (physical and psychological), shame, guilt and suicidal ideation becomes central. Thus, with this study, it sought to investigate whether adolescents who demonstrate aggression against their parents present levels of shame and guilt due to their conducts. As if suicidal ideation in young offenders is influenced by the levels of violence. The influence of interparental conflicts at home on adolescent's aggressive behaviours against their progenitors, was investigated.

The study sample involves 285 adolescents of both sexes, 149 females and 136 males, aged between 12 and 18 years old going to schools in the coast of Cascais. It was asked for participants to answer questions belonging to the following instruments: Parental Aggression Questionnaire, The Children's Perception of Interparental Conflict Scale, Internal and External Shame Scale, Multidimensional Guilt Scale and Suicidal Idealization Questionnaire.

Analysis of results showed a linear relationship between filio-parental violence and levels of shame and guilt. It was also concluded that adolescents who revealed higher violence levels against their parents, also presented a higher suicidal idealization, and that those who witnessed interparental conflicts at home, on average, presented more violent behaviours against their progenitors.

**Keywords:** Filio-parental Violence, Shame, Guilt, Suicidal Ideation, Interparental Conflict

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
1. A Família .....	3
2. Conflitos Interparentais .....	4
3. A Violência Filioparental .....	5
3.1. Formas de Violência Filioparental .....	9
3.2. Fatores de Risco para a Violência Filioparental.....	12
3.2.1. <i>Fatores Familiares</i> .....	12
3.2.2. <i>Fatores individuais</i> .....	14
3.3 A Bidercionalidade da Violência Filioparental.....	16
4. A Vergonha e a Culpa.....	17
4.1 Conceptualização das Emoções .....	17
4.2 Vergonha, Culpa e Psicopatologia .....	19
4.3 A relação entre a Vergonha e a Culpa e os Comportamentos Agressivos .....	20
5. A Ideação Suicida na Adolescência .....	22
5.1 A Ideação Suicida, a Vergonha e a Culpa .....	24
6. Objetivos e Hipóteses de Estudo .....	25
<b>MÉTODO</b> .....	28
1. Participantes .....	28
2. Instrumentos.....	30
2.1. Questionário de Agressão Parental (CPAQ) .....	30
2.2. Children´s Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC).....	31
2.3. Escala de Vergonha Externa .....	33
2.3. Escala de Vergonha Interna.....	33
2.4. Escala Multidimensional da Culpa (EMC) .....	33
2.5. Questionário de Ideação Suicida (SIQ).....	34

3. Procedimento .....	34
<b>RESULTADOS</b> .....	36
1. Análise dos Resultados .....	36
2. Análise Descritiva.....	41
2.1 Análise Descritiva das Variáveis Idade e Género dos Participantes.....	41
<b>DISCUSSÃO</b> .....	42
Conflitos Interparentais e Violência Filioparental.....	42
Violência Filioparental, Vergonha Interna, Vergonha Externa, Culpa e Ideação Suicida ...	45
Considerações Finais, Limitações e Propostas para Estudos Futuros .....	49
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	51
<b>ANEXOS</b> .....	59
Anexo A: Autorização para Escolas .....	60
Anexo B: Autorização para os Encarregados de Educação .....	61
Anexo C: Questionário Preenchido pelos Adolescentes.....	62

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Distribuição dos Participantes por Idade e Sexo .....	28
<b>Tabela 2:</b> Frequência dos Anos de Escolaridade por Sexo.....	29
<b>Tabela 3:</b> Distribuição da Variável Testemunhar Violência pelo Sexo dos Participantes .....	29
<b>Tabela 4:</b> Distribuição da Variável Vítima de Violência pelo Sexo dos Participantes .....	30
<b>Tabela 5:</b> Distribuição da Variável Tentativas de Suicídio Conhecidas pelo Sexo dos Participantes .....	30
<b>Tabela 6:</b> Alphas, Médias e Desvios Padrões do Questionário de Agressão Parental .....	31
<b>Tabela 7:</b> Alphas, Médias e Desvios Padrões das Dimensões do Questionário CPIC .....	32
<b>Tabela 8:</b> Correlações entre a Violência Filioparental (física e psicológica) e as Dimensões do Conflito Interparental .....	36
<b>Tabela 9:</b> Correlações entre a Violência Filioparental (física e psicológica) a Culpa, a Vergonha Interna, a Vergonha Externa e a Ideação Suicida .....	37
<b>Tabela 10:</b> Teste T para a Vergonha Interna .....	39
<b>Tabela 11:</b> Teste T para Vergonha Externa .....	39
<b>Tabela 12:</b> Teste T para a Culpa .....	40

## INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, o conceito de família tem vindo a sofrer constantes alterações, particularmente ao nível da estrutura, das respetivas regras e dos papéis familiares. Contudo, a família é a primeira entidade de socialização do indivíduo, onde se constroem os vínculos afetivos, que permitem a troca de experiências, emoções, afetos, desenvolvimento de padrões de interação, bem como a transmissão de valores (Aroca-Montolío, Leonhardt & Robles, 2012; Minuchin, 1988).

Alguns autores consideram que a fase mais longa e complexa no ciclo de vida familiar corresponde à adolescência, da qual resultam grandes mudanças e, muitas vezes, conflitualidade entre os elementos familiares. Assim, o ciclo de vida individual (adolescência) e o ciclo de vida familiar obrigam a que existam reestruturações, adaptações e transformações, não apenas do próprio sistema familiar mas de todos os elementos familiares (Alarcão, 2008; Gouveia-Pereira, Abreu, & Martins, 2014; Marco, 2013).

Neste sentido, a adolescência corresponde a uma etapa do desenvolvimento humano que marca a passagem da infância à idade adulta, constituindo-se como a idade da mudança (Marcelli & Braconnier, 2005). Assim, o adolescente vai começando a tornar-se cada vez mais autónomo e a diferenciar-se emocionalmente dos seus progenitores, no sentido da construção da sua identidade pessoal e social. Logo, estas mudanças provocam em muitos casos, um aumento gradual de tensão e de dificuldades comunicacionais entre pais e filhos/adolescentes (Alarcão, 2008; Calvete, Gámez-Guadix & Orue, 2014; Gammer & Cabié, 1999; Gouveia-Pereira et al., 2014; Sampaio, 2006).

É também nesta etapa de vida, que os adolescentes procuram cada vez mais, alcançar o seu próprio poder, através da experimentação de diferentes papéis e limites, levando a que os pais sintam que perdem alguma autoridade e controlo dos seus filhos (Gouveia-Pereira & Vilela, 2016). Assim, é necessário que os pais saibam estabelecer e impor limites e que ao mesmo tempo sejam flexíveis na negociação desse “poder” (Alarcão, 2008; Calvete et al., 2014; Gouveia-Pereira et al., 2014; Ibabe, 2015; Ibabe & Jaureguizar, 2011; Ibabe, Jaureguizar & Bentler, 2013; Ibabe, Jaureguizar & Díaz, 2007; 2013; Sampaio, 2006). Contudo, por vezes as famílias não têm recursos internos e/ou externos que lhes permitam lidar de forma saudável com todas estas mudanças.

É assim, nesta etapa de vida que a literatura aponta para o aparecimento da violência filiofamiliar, que, apesar de ser um fenómeno pouco estudado pela comunidade científica está em crescimento, observando-se, ao mesmo tempo, um aumento do interesse em estudá-lo com maior detalhe (Coogan, 2011). Contudo, os dados relativos à sua prevalência parecem apenas demonstrar “a ponta do iceberg” (Ibabe & Jaureguizar, 2011). O medo, a vergonha, o receio do julgamento da comunidade e a crença errónea da obrigatoriedade de proteger os filhos, são fatores que têm facilitado o isolamento dos progenitores e a manutenção do sigilo, ocultando os comportamentos abusivos dos mesmos (Agnew & Huguley, 1989). Também os comportamentos suicidários tomam proporções alarmantes nesta fase de desenvolvimento, sendo considerada a segunda causa de morte nos adolescentes (OMS, 2002).

É na sociedade atual que se constata um aumento do número de famílias disfuncionais, uma alteração nos comportamentos dos adolescentes e um crescimento do número de notícias acerca de filhos que agredem, roubam e matam os seus pais. Em famílias pautadas por registo de violência de adolescentes contra os seus pais, identifica-se uma inversão da hierarquia em que os filhos assumem e detêm a gestão da relação entre ambos. Os pais tornam-se mais permissivos e submissos, de modo a conseguirem um clima familiar pacífico e menos conflituoso, surgindo um crescente medo e incompreensão perante a conduta violenta dos seus filhos. Ouve-se cada vez mais relatos de progenitores dizerem que se não fizerem o que os seus filhos querem vão sofrer consequências e que já não os conhecem.

O presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: num primeiro momento será realizado um levantamento teórico referente às principais temáticas, nomeadamente a família, os conflitos interparentais, a violência filiofamiliar, a culpa, a vergonha e a ideação suicida, apresentando-se alguns contributos teóricos necessários para uma melhor compreensão deste trabalho. Com base na revisão de literatura serão criadas hipóteses de investigação, consoante as lacunas teóricas existentes. Na segunda parte, serão explicadas as características dos participantes do presente trabalho e as respetivas metodologias utilizadas. Na terceira parte será realizada uma análise dos resultados obtidos, em que as hipóteses de estudo colocadas anteriormente serão respondidas. Na quarta parte, serão discutidos e interpretados os resultados obtidos, sendo estabelecida uma ligação com a literatura existente. Por fim, serão salientadas as principais limitações e a sugestão de estudos futuros.

## **1. A Família**

O conceito de família tem vindo a sofrer alterações ao longo dos tempos, resultado das mudanças económicas, políticas, sociais e culturais ocorridas na sociedade. Estas transformações levaram assim a uma reorganização das regras básicas, para sustentar uma nova ordem familiar (Minuchin 1985). Deste modo, assiste-se ao aumento da instabilidade conjugal, legalização do casamento homossexual, diminuição das taxas de natalidade, aumento do índice de infertilidade, aumento da taxa de desemprego e conseqüente aumento dos processos migratórios, entre outros fatores. Estas constantes alterações a que o sistema familiar tem sido sujeito, nomeadamente a forma como os elementos da família se dispõem e inter-relacionam, levaram ao surgimento de novas conceções de família (i.e. reconstituídas, tradicionais, monoparentais, adotivas, famílias de homossexuais, etc.), como forma de resposta face às dificuldades e às novas mentalidades com que a sociedade atual se tem vindo a deparar.

Desta forma, o conceito de família não é um conceito estável e imutável, uma vez que vai evoluindo e se ajustando consoante os contextos sociais, históricos, económicos e demográficos. Desde sempre, em todas as culturas, que o modelo familiar prevalente em cada caso concreto constitui a célula social e cultural mais significativa, porque é na família que se produzem as transmissões mais influentes, persistentes e eficazes para a existência humana (Alba, 2006; Garrido, 2001 & Guiddens, 2006). Assim sendo, a família constitui uma rede complexa de relações e emoções e é considerada um espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas de interação, entre os membros que a compõem. O sistema familiar corresponde também ao primeiro espaço onde criança se integra e o núcleo de socialização dos indivíduos, sendo transmitidos valores, costumes e tradições que irão contribuir para a formação da personalidade dos mesmos (Aroca-Montolío, Leonhardt & Robles, 2012). É na convivência com o pai e com a mãe que a criança aprende como se deve comportar, o que lhe é permitido e proibido, bem como os papéis sociais que cabem aos diferentes elementos que a constituem.

Segundo a literatura, são também as interações que se estabelecem e que ficam padronizadas entre a própria família ao longo do seu ciclo de vida, que originam estabilidade face a períodos de crise e levam a uma antevisão das respostas perante um determinado acontecimento (Alarcão, 2008; Minuchin, 1988). Este tipo de famílias são denominadas de famílias flexíveis, uma vez que conseguem evoluir para níveis mais

complexos com maior ou menor dificuldade. As famílias que não o conseguem, porque se fecham ou abrem excessivamente, não encontram um caminho para essa coevolução e entram em disfuncionamento, que pode cristalizar-se na patologia de um ou mais elementos (Relvas 1996). Daí que a família possa ser considerada como um espaço afetivo de convivência, de proteção e satisfação das necessidades dos filhos, mas também pode tornar-se uma fonte de conflitos e riscos em forma de violência (Alba, 2006; Garrido, 2001; Guiddens, 2006).

## **2. Conflitos Interparentais**

A família pode ser vista como um local de realização afetiva, compreensão recíproca, porto seguro, fonte de bem-estar e desenvolvimento ajustado do indivíduo. No entanto, devido às inúmeras transformações que têm ocorrido a nível familiar nas últimas décadas e considerando a qualidade das relações entre pais e filhos como influente na conduta social, o contexto familiar tem vindo a ser documentado como um cenário onde é gerada grande parte da violência (Musitu, Martínez, & Murgui, 2006). Assim como, um grupo primário complexo de difícil organização (Corsi, 1995).

O conflito entre progenitores refere-se a um processo em que os membros da família (pais) entram em divergência de perspetivas e discordância a respeito de objetivos, regras, papéis, cultura ou padrões de comunicação (Turner e West, 1998). Atualmente, o conflito conjugal é considerado como um processo familiar importante para ocorrência de distúrbios afetivos e manifestações clínicas no desenvolvimento infantil e com repercussões na adolescência (Wamboldt & Wamboldt, 2000; Zeanah & Scheeringa, 1997). A observação de conflitos familiares é vivida e aprendida pela criança como uma experiência quotidiana de violência, indicando que a solução de problemas pode ser alcançada através do uso de estratégias agressivas. A mera exposição da criança à violência, especialmente a episódios de agressão física entre o casal, provoca danos psicológicos importantes no processo de desenvolvimento infantil, com impactos duradouros no amadurecimento da personalidade em geral (Cummings, 1998; Katz & Gottman, 1993). Deste modo, a observação do conflito interparental frequente e intenso tem sido identificado como a dimensão-chave do sistema familiar que contribuí para o desenvolvimento da agressividade e da conduta anti-social nos jovens. A literatura considera que a exposição das crianças aos conflitos entre os pais pode incentivar condutas agressivas nos seus filhos, através de uma aprendizagem dos seus comportamentos (Gámez-Guadix & Calvete, 2012; Ibabe & Jaureguizar, 2011).

Consoante alguns autores, a exposição a frequentes e intensos níveis de conflitos, pode levar o jovem a sentir-se compelido a tomar posição por uma das figuras parentais, situação que pode gerar sentimentos de insegurança e ameaça (e.g. Fosco & Grych, 2008; Lamela, Costa, & Figueiredo, 2010). De igual modo, o adolescente pode oscilar entre atribuir a si a mesmo a responsabilidade pelo conflito, principalmente, quando na base das disputas estão questões referentes ao próprio (Benetti, 2006) levando ao desenvolvimento de uma atitude de auto- recriminação, culpa, vergonha, afeto deprimido, baixa auto-estima e depressão (e.g. Brancalhone, Fogo, & Williams, 2004; Goodman, Fleitlich-Bilyk, Patel, & Goodman, 2007; Pesce, 2009). Por outro lado, pode atribuí-la aos pais, surgindo estados afetivos de raiva e agressividade. A insegurança emocional vivenciada pelo adolescente face à exposição a consecutivos conflitos e à indisponibilidade dos pais para assegurarem as condições necessárias para o seu desenvolvimento, parece ser condutora de uma menor disponibilidade para procurar auxílio e estabelecer novas relações interpessoais de confiança, facilitando o aparecimento da ideação suicida (Bahls, 2002). Deste modo, e atendendo à fase do ciclo vital em que o jovem se encontra, que envolve a gestão de significativas tarefas desenvolvimentais, o mesmo pode não conseguir lidar de modo adaptativo com todas estas adversidades, tornando-se vulnerável ao surgimento de pensamentos extremos como os de colocar termo à própria vida (e.g. Borges & Werlang, 2006; Ores et al., 2012; Nunes, 2012).

A comorbidade entre conflito conjugal e a violência familiar é outro aspeto adverso identificado nos estudos sobre a violência, sendo que a deterioração da relação conjugal pode levar à reprodução de práticas abusivas na relação entre pais e filhos (Ross, 1996), podendo fomentar a violência filio-parental.

### **3. A Violência Filio-parental**

A violência constitui-se como uma das temáticas centrais da saúde pública devido à magnitude dos seus efeitos e consequentes repercussões no comprometimento da qualidade de vida das pessoas, sendo o seu aparecimento associado a fatores multicausais, nomeadamente: sociais, culturais, familiares e individuais (Redondo, Pimentel, & Correia, 2012).

A Organização Mundial da Saúde (2002) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano

psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. Estimava-se que cerca de 4000 pessoas por dia (Redondo, Pimentel, & Correia, 2012), e mais de um milhão por ano, morrem vítimas de violência (Dahlberg & Krug, 2007).

A violência apresenta uma classificação que a divide em três categorias gerais, tendo em conta a sua tipologia como: violência auto-inflingida, que compreende o comportamento suicida e auto-lesões, violência interpessoal, que pode ser intrafamiliar ou comunitária, e violência coletiva que pode ser social, política e económica (OMS, 2002). Segundo a literatura, a violência que ocorre no seio familiar é o tipo de violência que apresenta maiores consequências para os elementos que a constituem, uma vez que o sentimento de segurança e proteção desempenhados pela família desaparece, trazendo inúmeras repercussões para os seus constituintes (González, Gesteira, Fernández, & García, 2009). Segundo Delanez (2012) a violência familiar pode ser definida como conduta violenta exercida no contexto de um núcleo familiar, por parte de qualquer membro que nele esteja incluído. Estão incluídos os maus-tratos a crianças, a violência entre parceiros íntimos, os maus-tratos a idosos, sendo igualmente incluída a violência entre casais homossexuais e a violência no namoro (Krug et al., 2002). Contudo, as investigações sobre o comportamento violento nas relações familiares têm dado especial destaque à violência perpetrada pelo adulto, negligenciando a violência perpetrada pelos filhos, menores de 18 anos, contra os seus pais, designada por Violência Filioparental (Agnew & Huguley, 1989; Bobic, 2004; Coogan 2011; Cottrell & Monk, 2004; Eckstein, 2004).

A violência filioparental corresponde a uma forma de violência familiar que apesar de constituir uma realidade contemporânea e frequente (Ibabe et al., 2007; Ibabe & Jaureguizar, 2011; Calvete, Orue & Sampedro, 2013; Romero, Melero, Cánovas & Antolín, 2005 cit. por Gámez-Guadix & Calvete, 2012) sendo descrita desde a antiguidade, só começou a ser estudada e analisada pelos investigadores recentemente (Estévez & Góngora, 2009). Esta temática é vista como um fenómeno social em expansão devido ao seu aumento exponencial nos últimos anos, sendo visível a preocupação da comunidade científica em estudá-la (Boxer et al., 2009; Pagani et al., 2009; Stewart et al., 2007), mas ainda assim continua a ser uma das formas de violência familiar menos investigada (Gámez-Guadix & Calvete, 2012). Este fator deve-se essencialmente ao secretismo por parte das vítimas, resultado do medo, vergonha, receio do julgamento da comunidade e a crença errónea da obrigatoriedade de proteger os

filhos (Bobic, 2004) havendo assim uma manutenção do sigilo e sendo ocultado o comportamento abusivo dos filhos (Agnew & Huguley, 1989).

Neste seguimento, a violência filioparental pode ser entendida como qualquer ato perpetuado por parte de um menor, com o objetivo de obter ganho de poder e controle sobre os progenitores, fazendo-os sentir constantemente ameaçados, intimidados e controlados (Paterson, Luntz, Perlesz & Cotton, 2002 cit. por Gámez-Guadix & Calvete, 2012) e causando-lhes dano físico, psicológico, emocional ou financeiro ao longo do tempo e de forma intencional e consciente (Cottrell 2001 cit. por Estévez & Góngora, 2009).

No âmbito dos textos de criminologia acerca da violência familiar, é frequente encontrarmos referências que constataam que é a vítima que se encontra numa posição de inteira dependência face ao agressor. Contudo no caso da violência filioparental, esta ideia converte-se, na medida em que, é o agressor que não ultrapassa os 18 anos de idade e depende inteiramente das suas vítimas, que exerce violência contra as mesmas (Aroca-Montolío et al., 2014; Coogan, 2011). As vítimas em vez de corresponderem a uma fonte de proteção para os filhos acabam contrariamente por precisar de proteção, uma vez que, são os filhos que detém o controlo e o poder em relação aos seus pais (Paterson et al., 2002 cit. por Ibabe & Jaureguizar, 2011; Eckstein, 2004; Rechea, Fernández & Cuervo, 2008; cit. por Aroca-Montolío, 2013; Ulman & Straus, 2003). Não obstante, Pereira (2010) refere duas eras distintas de violência filioparental, a “tradicional” e a “nova”. Na era tradicional, a violência de filhos para pais encontrava-se associada a outros problemas, tais como: deficiências mentais, autismo, delírios e alucinações, perturbações mentais e consumo de drogas. Assim como, era percebida como uma estratégia de defesa e proteção das crianças vítimas de abuso. Na era “nova”, o conceito de “poder” e “controlo” são integrados na sua conceptualização, destacando a postura dos jovens agressores para se imporem e rejeitarem a posição subordinada em que se encontram perante os pais (Garrido, 2005).

No que remete para as causas da violência filioparental, constata-se que não existe apenas um fator responsável, uma vez que este tipo de violência corresponde a um fenómeno complexo, multifacetado e pluricausal, que deve ser compreendido tendo como base o modelo ecológico que inclui tanto variáveis, inter-pessoais, familiares, culturais e comunitárias que vão permitir estudar e entender este fenómeno no seu todo (Crittenden, 2002; cit. por Pereira et al. 2011).

De acordo com Patuleia e Alberto (2016) nas organizações familiares pautadas por registro de violência de filhos contra os seus pais, identifica-se uma inversão da hierarquia em que os filhos, crianças e adolescentes, assumem a gestão da relação pais-filhos, de forma latente ou manifesta, através de um processo repetido de coações entre o agressor e a vítima (Aroca, 2010). Conseguindo o pretendido, este padrão relacional intensifica-se e torna-se mais rígido, originando um ciclo de violência um pouco coercivo, fundamentalmente, caracterizado pela falta ou pelo excesso de limites parentais, em que os progenitores são constantemente maltratados pelos seus filhos. A relação entre pais e filhos funciona como um processo de acção-reacção onde a submissão e a permissividade parental é usada pelos próprios progenitores como uma forma de conseguirem um clima familiar pacífico e menos conflituoso, provocando consequentemente a implementação das exigências por parte dos filhos (Aroca-Montolío, 2013; Coogan, 2011). Este tipo de reacção é denominada na literatura como resposta assimétrica ou complementar, na medida em que é unidirecional, ou seja, concretiza-se sempre do filho para com os pais, em que estes últimos recorrerem à persuasão para cessar a violência. Porém, esta postura acaba por funcionar como um facilitador ou uma condição de manutenção da mesma (Tercero & Menna, 2009).

Garrido (2005) identifica este tipo de violência como a “síndrome do imperador”, cuja sua definição assenta num engrandecimento dos adolescentes através do qual os mesmos se sentem com direito de utilizar um comportamento controlador, abusivo e violento para conseguir o que querem (Howard et al., 2010). No entanto, existem certos casos em que há a possibilidade dos progenitores devolverem a hostilidade e a dureza a que os filhos os submetem, sendo frequente que a conduta aversiva do filho incremente intercâmbios negativos e que por sua vez, os pais apliquem castigos ainda mais severos, aumentando o comportamento negativo do filho e havendo assim uma constante luta entre ambos (Loeber et al., 1984; Oldershaw et al., 1986; Whipple & Webster-Stratton, 1991). Este tipo de reacção é denominado de resposta dura ou escalada simétrica, em que os pais optam por responder à conduta agressiva do filho, gerando um aumento dos conflitos entre ambos que pode começar por episódios de violência psicológica e verbal, até atingir a agressão física (Menna & Tercero, 2009).

Assim sendo, consoante Widom (1989) o “ciclo de violência” é compreendido como um fenómeno de transmissão transgeracional da própria violência, que é aprendida em contexto de socialização familiar e que pode influenciar os filhos a exercerem-na contra outras pessoas e não somente contra os seus progenitores (Straus,

Gelles & Steinmetz, 1980 cit. por Gámez-Guadix & Calvete, 2012). A exposição à violência é igualmente um importante fator de risco para o desenrolar da conduta agressiva na infância e adolescência (e.g., Calvete & Orue, 2011; McCabe, Lucchini, Hough, Yeh & Hazen, 2005). Segundo a literatura, as crianças que se inserem num meio familiar violento e são testemunhas de condutas agressivas nos seus lares, bem como aquelas que as sofrem de uma forma direta, apresentam uma probabilidade de se comportarem de forma violenta no futuro (Kwong, Bartholomew, Henderson & Trinke, 2003 cit. por Gámez-Guadix & Calvete, 2012; Gómez & Paúl, 2003; Coogan, 2011; Ibabe, Jaureguizar & Díaz, 2007). Bandura e Walters (1959) através da sua teoria acerca da aprendizagem social, postulam que as crianças aprendem diversas formas de violência, física e psicológica, que acabam por ser semelhantes às cometidas pelos progenitores, através da aprendizagem por observação. Existem diferentes formas de a violência se manifestar, pode surgir a violência generalizada, quando é contra todos os membros da família, a violência dirigida ao agressor, quando há uma identificação com a vítima e a violência dirigida à vítima, quando há uma identificação com o agressor.

É de realçar que na violência filio-parental também estão incluídos os adolescentes que foram vítimas de abuso, de agressão ou que foram objeto de negligência na infância, retornando os tipos de abuso sofridos (Widom, 1993), ou seja, a experiência de abuso na infância é um importante fator de risco para o adolescente desenvolver um comportamento abusivo contra o agressor (Altemeier, O'Connor, Sherrod & Tucker, 1986). O estudo de Brezina (1999) concluiu que existe uma correlação positiva entre a violência parentofamiliar e filio-parental, uma vez que é frequente que o jovem se torne insensível ao sofrimento parental, mostrando pouca ou nenhuma empatia pelos pais, sendo assim incapaz de admitir as suas culpas e responsabilidades.

### **3.1 Formas de violência filio-parental**

Na violência filio-parental, os filhos assumem-se com poder e em maior parte dos casos, detêm-no de facto, mas carecem de legitimidade para ostentar esse poder e reconvertem-no em comportamentos violentos contra os seus progenitores. É também frequente que a violência ocorra em escalada, ou seja, que vá aumentando e tornando-se mais grave com o passar do tempo perante a evolução do poder e do controlo dos adolescentes face ao núcleo familiar (Urza, 2016).

Neste seguimento, estão incluídas três dimensões de violência, a violência psicológica, a violência física e a violência económica. Porém, segundo a literatura, é constatado que por vezes a violência psicológica, pode originar a violência física, principalmente quando os filhos não conseguem os efeitos desejados através do seu abuso emocional e psicológico (Montolío, 2013). Tal como demonstra o estudo realizado por Evans e Warren-Sohlberg (1998 cit. por Robinson et al., 2004 cit. por Aroca-Montolío et al., 2014) os três tipos de violência não aparecem todos ao mesmo tempo e de uma só vez, havendo formas de violência e maltrato sofridas pelos progenitores mais comuns, tais como agressão física (57%), agressão verbal (22%), uso de arma (17%) e lançamento e destruição de objectos (5%).

A violência ou abuso psicológico abarca a violência verbal e emocional e diz respeito a um ato de natureza intencional determinado pela ausência ou falha, persistente ou significativa, ativa ou passiva, de suporte afetivo e de reconhecimento das necessidades emocionais das vítimas (Magalhães, 2010). Corresponde a uma forma de violência que atenta contra os sentimentos e necessidades afetivas de um indivíduo, gerando conflitos pessoais, frustrações e traumas de origem emocional que podem tornar-se duradouros. As formas mais frequentes de violência psicológica são: a humilhação, ameaça, ridicularização, desobediência, insultos, chantagem, hostilização, negação de afeto, rejeição, discriminação, privação do poder de decisão, isolamento, marginalização, culpabilização e intimidação (Aroca & Garrido, 2005 cit. por Aroca-Montolío et al., 2014; Magalhães, 2010; Marco, 2013; Cottrell, 2001 cit. por Ibabe et al., 2013). Neste tipo de violência, é destacado as consequências que recaem sobre as vítimas, particularmente problemas de atenção, depressão, impotência, sentimentos de frustração, ideação e/ou tentativa de suicídio, recorrendo muitas vezes ao uso de medicação para superar as situações de tensão vividas.

A violência ou abuso físico é definida como um ato realizado com a intenção ou a intenção percebida de causar dor física ou lesão a outra pessoa, que implicam o murro, a bofetada, o empurrão, os puxões de cabelo, os pontapés, os beliscões, as cabeçadas e abanões violentos, e em situações extremas, o estrangulamento, a queimadura e a intoxicação, sendo também por vezes, utilizados objetos como as armas brancas ou de fogo, e cordas ou instrumentos semelhantes usados para amarrar ou apertar (Montolío, 2014). Este tipo de violência pode tratar-se de uma ocorrência isolada ou repetida deixando ou não marcas evidentes, uma vez que, muitas das lesões provocadas por este tipo de violência se encontram situadas em partes do corpo pouco visíveis (Gelles &

Straus, 1988; Magalhães, 2010). Contudo, segundo alguns autores, os atos fisicamente agressivos das crianças mais pequenas não devem ser considerados como violência, pois a possibilidade que têm de ferir o outro é muito reduzida, sendo portanto, muitas vezes excluídas das investigações, crianças com idade inferior a 10 anos. No entanto, o prejuízo ou dano físico não é um elemento necessário para o comportamento ser considerado violento (Cornell & Gelles, 1982 cit. por Ulman & Straus, 2003; Aroca-Montolío et al., 2014).

Por último, a violência ou abuso económico é caracterizada por condutas que limitam a possibilidade de lucro e poupança por parte dos progenitores, sendo efetuada através de roubos, venda ou destruição de objetos ou quando os mesmos contraem dívidas por parte dos filhos relativamente ao telemóvel, internet e jogos e a utilização de cartões bancários pelos filhos. É ainda importante referir que a violência económica se faz acompanhar pela violência psicológica, na medida em que, ocorrem frequentemente ameaças, mentiras, chantagem emocional e manipulação (Marco, 2013; Aroca-Montolío et al., 2014).

De acordo com a APAV e com as estatísticas obtidas entre 2004 e 2012, os principais agressores são, na sua maioria, do sexo masculino. Outros autores corroboram esta ideia indicando que são os rapazes os principais responsáveis por cerca de 60% a 80% dos casos de agressão (Aroca, 2010; Cottrell & Monk, 2004; Du Bois, 1998; Laurent, 1997; Pagani et al., 2004). Contudo, Bobic (2002) afirma que as raparigas também apresentam um número importante de agressões ao pai e à mãe, concluindo no seu estudo que o número de agressões por parte do sexo feminino e do sexo masculino é praticamente igual. Inclusivamente, esta autora consta que a igualdade de sexos neste tipo de violência vai ao encontro do estudo realizado por Weiler (1999), que verificou a existência de um aumento da participação das raparigas no número de agressões aos seus pais. De uma forma geral, não são encontradas discrepâncias significativas entre o género dos agressores na violência filio-parental, a não ser no que respeita ao tipo de atos perpetrados. Enquanto as raparigas tendem a concretizar mais o abuso psicológico e emocional, os rapazes são mais propensos para as agressões físicas (Bobic, 2004; Calvete et al., 2014; Cottrell, 2001; Estévez & Góngora, 2009).

## **3.2 Fatores de risco para a violência filiofamiliar**

### **3.2.1 Fatores Familiares**

A família é a primeira estrutura social de acolhimento do indivíduo, e por essa razão possui uma importância essencial, uma vez que permite a sua primeira acomodação aos contextos de conveniência, nas dimensões de espaço e tempo (Duch, 2002). Desde sempre, em todas as culturas, o modelo familiar prevalente em cada caso concreto, constitui a célula social e cultural mais importante, pois é perante este modelo que se estabelecessem as transmissões mais influentes, persistentes e eficazes. No entanto, atualmente a família é considerada como um grupo primário complexo de difícil organização, uma vez que as diversas mudanças ocorridas ao longo dos últimos anos no mundo, principalmente na sociedade ocidental têm contribuído para o aparecimento de novas dinâmicas que interferem e alteram o equilíbrio do poder e da autoridade no seio do sistema familiar (Tercero & Menna, 2009).

As mudanças ocorridas nos padrões familiares também contribuem para o aumento das dificuldades por parte das famílias em lidar com os seus filhos, na medida em que, é cada vez mais frequente o aparecimento de outros tipos de famílias (i.e. monoparentais, homossexuais, etc.), que ocupam cada vez mais espaço na sociedade atual. Segundo a literatura, os dados indicam que a maior taxa de prevalência da violência filiofamiliar incide sobre as mães nas famílias monoparentais. Uma das razões parece estar relacionada com o facto das mesmas serem as principais cuidadoras, que passam mais tempo com os filhos e com os quais mantêm ligações emocionais mais fortes (Coogan, 2011). Além disso, a sociedade ainda mantém uma imagem das mães como mais fracas, mais vulneráveis e com menos energia do que os seus pais e, portanto, mais suscetíveis à agressividade dos filhos (Agnew & Huguley, 1989; Cottrell, 2001; Cottrell & Monk, 2004). Enquanto os pais se defendem fisicamente contra as agressões dos seus filhos, as mães não o fazem, tornando-as, assim, mais frágeis (Coogan, 2011; Eckstein, 2004; Ibabe & Jaureguizar, 2011). As estatísticas da APAV, efetuadas entre 2004 e 2012, vão ao encontro desses estudos, indicando que as vítimas de violência filiofamiliar são maioritariamente do sexo feminino, apresentando uma percentagem de 59% (APAV, 2012). Por outro lado, outras investigações, apesar de serem em menor número, referem que em alguns casos, o progenitor do sexo masculino pode ser agredido mais frequentemente pelos filhos de ambos os sexos, do que o progenitor do sexo feminino (Eckstein, 2012).

Por outro lado, Etxebarria, Apodaca, Fuentes, López e Ortiz (2009), constataam que a violência filio-parental desenvolve-se em muitos dos casos, devido ao facto de atualmente a relação entre progenitores e filhos ser cada vez mais simétrica, em que os pais impõem cada vez menos a sua autoridade na resolução de conflitos, cedendo aos desejos dos seus filhos. Neste seguimento, propõe-se que uma das causas da violência filio-parental pode resultar da incapacidade por parte dos progenitores em estabelecer limites para a conduta e comportamentos dos seus filhos. Há desta forma uma perturbação particular de relação de poder, através do qual os adolescentes tentam controlar e ganhar poder sobre os membros da família

Também é constatado que os estilos parentais constituem importantes fatores de risco para o aparecimento da violência filio-parental. Estes são caracterizados por um conjunto de diretrizes e práticas que permitem a regulação das estratégias e dos mecanismos de socialização e educação dos filhos, onde interagem também traços de personalidade, experiências passadas e características pessoais, que se traduzem em atitudes e comportamentos. É, portanto, a partir das práticas educativas inseridas nos estilos educativos atuais, que se estabelece uma relação com condutas familiares violentas, nomeadamente com o aparecimento da violência filio-parental (Aroca-Montolío et al., 2012).

Marcelli (2002) identifica três tipos de estilos parentais que contribuem ou que facilitam o aparecimento de condutas violentas nos filhos, sendo eles o estilo negligente-ausente (excessiva independência dos filhos, baixa exigência, autoridade e responsabilidade dos pais face aos filhos) e pode resultar numa tentativa do adolescente se impor ou como uma forma de se recusar a viver naquela situação familiar, sendo que de uma forma geral, a violência surge como um comportamento defensivo (i.e. resolver conflitos, acalmar a tensão), como uma expressão transitória psicopatológica ou como uma diminuição da consciência. O estilo permissivo-liberal (sobreprotetor, sem normas claras e consistentes, não há um exercício da autoridade, mais sensibilidade que exigência) pode originar uma mudança de poder entre pais e filho, em que o jovem realiza uma análise de custo benefício, constatando que as recompensas relativamente ao seu comportamento negativo é maior que as consequências. Por último, o estilo autoritário (autoridade rígida, inflexível e não negociada, recorre aos castigos e punições, exigência e não há sensibilidade) e pode desencadear no adolescente uma ideia de que é incapaz de ser autónomo, surgindo o comportamento violento como uma

forma de obter uma sensação de poder na sua vida ou pode ser uma forma de proteção, defesa e retaliação (Pereira, 2011).

Investigações como a de Ibabe et al., (2007) concluem também que a pouca coincidência entre o estilo educativo da mãe o estilo educativo do pai é um importante fator de risco para o aparecimento da violência filiofamiliar. Assim, quanto menor for a sincronismo entre a forma de educar e maior forem os desacordos, mais elevada é a probabilidade do filho adquirir um comportamento violento, uma vez que não há uma identificação completa nem com o estilo educativo exercido pela mãe, nem com o estilo educativo praticado pelo pai. A escassez de tempo e habilidades para educar são também aspetos contemplados por Pereira e Bertino (2009), pois o esgotamento de ambos os progenitores face às exigências laborais e a sobrecarga para continuar com as suas obrigações familiares impedem as suas atuações. Assim, é facilitada uma educação baseada na permissividade que dificulta a imposição de limites educativos e normas sociais, que acaba por se tornar um obstáculo à autoridade dos pais face aos seus filhos.

### **3.2.2 Fatores individuais**

É de realçar, como foi referido anteriormente, que o sistema familiar pode influenciar o desenvolvimento de comportamentos agressivos, mas segundo a literatura também as características individuais dos adolescentes podem perpetuar os comportamentos agressivos. Garrido (2005) propõe que 8% dos casos em que os menores são violentos com os seus pais, não resulta de uma má educação ou de uma apreensão da violência no seio familiar. O autor propõe assim a existência de uma pré-disposição psicológica dos filhos para mal tratar os seus pais de forma habitual e continuada, sem que estes sejam considerados “maus pais”.

O fator biológico é também destacado como um componente essencial da violência, na medida em que há uma falta de consciência e dificuldade na organização do cérebro destes jovens para sentirem carinho face às pessoas em seu redor. As características de personalidade são também referenciadas, tais como: a incapacidade de desenvolver e expressar emoções morais, tais como empatia, compaixão ou amor, insensibilidade emocional, baixo controlo de impulso e baixa afetividade. Assim sendo, as relações interpessoais dos jovens são dificultadas, tornando-os mais sensíveis à quebra de regras, irritabilidade e agressividade (Crichton-Hill, Evans, & Meadows, 2006). No entanto, podem, também, apresentar um controlo emocional excessivo, levando ao isolamento social, à procura de atenção, a sentimentos de inutilidade,

inferioridade e/ou dependência (Ibabe, Arnosó, & Elgorriaga, 2014). Kennedy, Edmonds, Dann e Burnett (2010) identificam a sintomatologia depressiva, os sentimentos de infelicidade, a ideação suicida e as tentativas de suicídio como características frequentemente presentes no perfil dos jovens agressores. Urra (2016) corrobora esta ideia, afirmando que muitos dos jovens infratores possuem baixa auto-estima e depressão que aflora num estado de ânimo irritável, afetando o seu comportamento perturbador. Além do referido, são adolescentes que acreditam que têm direitos e privilégios que os pais devem respeitar (Crichton-Hill, Evans, & Meadows, 2006), levando a uma baixa tolerância à frustração e a uma incapacidade de aprender com os erros e com a punição exercida pelos progenitores (Calvete et al. 2011). Assim sendo, o sujeito olha apenas para o seu próprio interesse através de comportamentos com base num egocentrismo notável, não aceitando responsabilidades nem exigências, sendo o seu principal objetivo a satisfação das suas necessidades, utilizando qualquer tipo de via para o conseguir (Moreno, 2005).

Distúrbios psicológicos, como doenças mentais, esquizofrenias, psicoses, desordens bipolares, personalidades anti-sociais, défice de atenção e hiperatividade, transtorno de oposição e desafio, sintomatologia de carácter ansioso-depressivo, assim como, hospitalizações psiquiátricas, também podem estar na origem de algumas das agressões realizadas contra os progenitores, apesar de serem em número muito reduzido (Romero et al., 2007).

Por outro lado, a literatura refere um conjunto de fatores que pode influenciar o agravamento dos comportamentos agressivos dos adolescentes, sendo eles: o grupo de pares, a comunidade e os meios de comunicação. O grupo de pares exerce a sua influência, na medida em que, estudos indicam que padrões comportamentais de agressividade e de conduta anti-social para com os colegas levam proporcionalmente a um maior risco de agressão verbal e física em relação aos pais, mais especificamente à mãe (Hirschi, 1969 cit por Estévez & Góngora, 2009). Relativamente à comunidade em geral, é de realçar, que viver em bairros sociais e mesmo a própria vizinhança do jovem, pode fornecer exemplos de valores que contribuem para a formação das perceções do indivíduo relativamente a um comportamento social aceitável, isto é, o mesmo pode considerar que se manifestar ações violentas, pode ser mais facilmente aceite. No que respeita aos meios de comunicação, a exposição contínua a imagens e linguagem violentas pode ter um efeito desinibidor nos adolescentes (Cottrell, 2001), reforçando a

perceção de que a violência é um meio legítimo para a resolução de conflitos (Routt & Anderson, 2011) e uma forma aceitável de controlo social (Cottrell, 2001; Machado, 2010).

### **3.3 A Bidireccionalidade da Violência Filioparental**

É possível afirmar, tal como referido anteriormente, que a exposição a consecutivos conflitos e violência entre os progenitores, pode desencadear o desenvolvimento de comportamentos violentos nos filhos. Deste modo, Ibabe et al., (2007) levantam a hipótese da bidireccionalidade na violência filio-parental, como forma de explicar a agressão e os maus-tratos dos filhos face aos seus progenitores. Esta hipótese defende a ideia de que a aprendizagem de relações baseadas na violência, que o jovem experimenta ou observa diretamente durante a infância, fá-lo interiorizar que a violência é a única forma de enfrentar os conflitos, permitindo concluir que os filhos que foram maltratados pelos seus pais apresentam uma maior probabilidade de abusar também dos seus pais (Hartz, 1995; Kratcoski, 1985; Langhinrichsen-Rohling & Neidig, 1995; Mahoney & Donnelly, 2000; Meredith, Abbot & Adams, 1986; Straus & Hotaling, 1980 cit. por Ibabe & Jaureguizar, 2011; Kennedy et al., 2010; Maxwell & Maxwell, 2003; Pagani et al., 2009 cit. por Ibabe et al., 2013).

Numerosos estudos estabelecem também uma correlação positiva entre a exposição a conflitos interparentais e a violência filio-parental (Brezina, 1999; Ibabe, Jaureguizar & Díaz, 2007; Wilson, 1996) demonstrando que os pais podem incentivar condutas agressivas nos seus filhos, através de uma triangulação, denominada por Minuchin (1974) de “tríade rígida”, em que o conflito conduz à inconsistência e desacordo em educar os filhos, originando um desgaste nos mesmos, por serem induzidos por parte de um dos progenitores a aliar-se a si e a opor-se contra o outro. O esclarecimento da bidireccionalidade da violência pode estar relacionado, segundo Garrido (2007) com o facto de os adolescentes aprenderem modelos de relação baseados na violência e a experimentarem o comportamento violento dos seus progenitores, interiorizando que a única forma de resolver os conflitos é mediante o uso da força e de técnicas violentas (Barkin, Kreiter & Durant, 2001; Laurent & Derry, 1999; Mitchell & Finkelhor, 2001 cit. por Ibabe & Jaureguizar, 2011). Por outro lado, a literatura indica que a violência exercida por parte dos pais, pode também surgir como uma resposta às agressões recebidas por parte dos filhos, podendo provocar mal tratos por ambas as

partes e ocorrer ciclos de violência que interagem e se retroalimentam em agressões filio parentais e paternofiliais (Aroca et al., 2014).

## **4. A Vergonha e a Culpa**

### **4.1 Conceptualização das emoções**

A vergonha e a culpa desenvolvem-se a partir das experiências interpessoais precoces, nomeadamente na família e noutros relacionamentos significativos. São emoções morais, ligadas à auto-conscienciosidade, na medida em que envolvem a autoavaliação do self e desempenham um papel fundamental na promoção do comportamento moral (Tangney & Dearing, 2002). Neste sentido pode-se afirmar que a vergonha e a culpa apresentam uma importância crítica na compreensão e na conformidade, ou na sua ausência, dos indivíduos aos seus próprios padrões morais (Tangney, Wagner, Hill-Barlow, Marschall & Gramzov, 1992).

Segundo alguns estudos, a vergonha e a culpa são frequentemente estudadas em conjunto, porque ambas referem-se ao experienciar de situações adversas resultantes da violação de normas sociais e morais, que causam sofrimento intrapsíquico e que ocorrem em resposta a fracassos e transgressões cometidas e avaliadas pelo próprio (Eisenberg, 2000; Hoffman, 2000). Logo, os indivíduos que apresentam uma disposição para sentir vergonha são também, geralmente, propensos a sentir culpa, e assim reciprocamente. A tendência para sentir culpa e vergonha constitui-se, desta forma, como um traço que reflete diferenças individuais nas respostas cognitivas, afetivas e comportamentais às violações de normas morais (Tangney & Dearing, 2002). Ambas são caracterizadas como emoções muito intensas, disfóricas, que envolvem situações sérias e duram bastante tempo, englobando sentimentos substâncias de responsabilidade (Tangney & Miller, 1996).

Segundo a literatura, a vergonha envolve uma avaliação negativa do self, sendo portanto a identidade da pessoa que é posta em causa. O comportamento é visto como um reflexo do self, acompanhado por alterações fisiológicas, como corar e aumento do ritmo cardíaco. Os indivíduos normalmente sentem-se inferiores e têm uma sensação de isolamento, acreditando que os outros estão zangados com eles. Consideram-se também mais avaliados pelos outros e focam-se mais no seu pensamento, estando menos inclinados a admitir o que fizeram. Têm o desejo de se esconder e escapar e sentem-se expostos, sendo que mesmo que o sentimento de vergonha não envolva uma audiência

física, as pessoas imaginam as avaliações dos outros acerca de si e preocupam-se com essa avaliação (Tangney et al., 1996; Tangney, 2001).

Gilbert e Procter (2006) reconhecem que a vergonha envolve duas componentes chave: a vergonha interna e a vergonha externa. A vergonha interna, diz respeito à forma como o indivíduo se percebe a si próprio (Lewis, 2003). O foco de atenção é dirigido para o próprio indivíduo, que se avalia negativamente, como inadequado, frágil ou mau, sem valor e não desejado (Gilbert & Procter, 2006). Assim, um elemento fundamental da vergonha interna é a autodesvalorização e o autocrítico, influenciando de forma direta o modo como se sente (raiva, ansiedade, repulsa; Gilbert, 2002,2010; Lewis, 1992). A segunda componente, caracterizada de vergonha externa relaciona-se com o modo como o indivíduo percebe que os outros o vêem, sendo esse pensamento caracterizado por avaliações negativas dos outros face a si próprio. Assim, havendo a percepção por parte do sujeito de que é julgado e visto pelos outros como inferior, cheio de defeitos e pouco atraente, o pensamento de que pode ser rejeitado ou discriminado por parte dos mesmos é frequente. Podem ainda surgir casos em que a vergonha externa e a vergonha interna se fundem, uma vez que a vergonha influencia a forma como os indivíduos em geral pensam e sentem, não só em relação a si mesmos mas também em relação à sua aceitabilidade e desejabilidade social, o que consequentemente tem um grande impacto no seu comportamento em contextos sociais (Gilbert, 1998).

Torna-se igualmente relevante compreender, perante situações ativadoras de vergonha, de que forma é que o indivíduo pode responder: a) comportamento de evitação, que ocorre quando o mesmo não reconhece ou nega a experiência negativa como sendo sua; b) resposta de ataque ao outro, em que a pessoa tende a não identificar a experiência negativa como sendo sua e a aceitar os sentimentos de vergonha, culpando o outro e fazendo-o sentir pior do que ele próprio se está a sentir; c) comportamento de fuga, que surge quando o sujeito reconhece a situação de vergonha como negativa e tende a retirar-se ou esconder-se; d) resposta de ataque ao self, quando a pessoa admite a experiência de vergonha como negativa e a suporta, para manter a relação com os outros, apesar de se autocriticar e culpabilizar. Neste seguimento, Tangney e Dearing (2002) refutam que os indivíduos predispostos a desenvolver experiências de vergonha face a transgressões cometidas, apresentam maior tendência para responder a tais situações de forma menos adaptada, podendo mesmo assumir formas de agressividade.

Relativamente à culpa, esta é definida como um estado emocional negativo e intenso que ocorre quando um indivíduo avalia negativamente o seu comportamento e se sente na obrigação de reparar a ação negativa. A culpa ao ser ativada conduz a que o indivíduo desenvolva esforços para reparar os seus erros e a desculpar-se perante os outros (Melo, 2005). O indivíduo reconhece desta forma, a ação como sua, sentindo-se responsável pelo dano e pela dor causada no outro. A reparação pode-se manifestar através: do desejo de confessar, de pedir desculpas, de tentativas de compensação e reparação dos danos causados e, ainda, de tentativas de alterar o comportamento futuro (Tangney & Dearing, 2002).

A culpa envolve assim três elementos principais, o primeiro diz respeito ao ato causal, que pode ser real ou imaginário, o segundo relaciona-se com a auto-avaliação negativa do ato infligido por parte do sujeito e o terceiro envolve a emoção negativa derivada da culpa propriamente dita, isto é, o remorso (Echeburúa, Corral & Amor, 2001). Os sentimentos de culpa funcionam como um sinal, de forma a desencadear no sujeito uma necessidade de realizar uma ação de compensação, causada por uma consciência de culpa. Contudo, é importante realçar que o sentimento de culpa pode levar a uma ação de reparação ou por sua vez, a uma ação de evitamento, de modo a que o indivíduo consiga escapar da vingança por parte do outro, a quem foi infligido dano, atribuindo-lhe a responsabilidade pelo mal causado (Fabricius, 2007).

Segundo a literatura, apesar da função adaptativa que a culpa parece desempenhar, é de realçar que quando esta é experimentada com uma excessiva frequência, intensidade e duração pode influenciar negativamente o bem-estar pessoal do indivíduo. Outros autores relacionam também o surgimento da culpabilidade com os estilos parentais baseados no castigo físico e psicológico, que levam consecutivamente a respostas agressivas e suscitam sentimentos intensos de culpa (Bybee, 1998 cit. in Echeburúa, Corral e Amor, 2001).

#### **4.2 Vergonha, Culpa e Psicopatologia**

Segundo, Tangney (2001) os sujeitos apresentam em geral capacidade para experienciar vergonha e culpa em várias situações ao longo da vida mas, em situações negativas similares, algumas manifestam diferenças individuais para sentir vergonha e outros para sentir culpa. De acordo com Lewis (1971) as diferenças no estilo cognitivo das pessoas levam a diferentes orientações para sentir vergonha ou culpa, que por sua

vez levam à formação de diferentes sintomas psicológicos. Sendo assim, as pessoas com orientação para a vergonha são mais vulneráveis a perturbações afetivas, como a depressão, e as pessoas com orientação para a culpa são mais vulneráveis a perturbações de pensamento, como a paranoia e perturbações obsessivo-compulsivas. Contudo, a vergonha é caracterizada como uma emoção mais devastadora do que a culpa, uma vez que leva ao impedimento de funções adaptativas do self, sendo que apesar de alguns indivíduos serem capazes de tolerar os sentimentos de vergonha em determinado grau, outros recorrem a estratégias defensivas menos construtivas que perpetuam a experiência dolorosa desta emoção (Gilbert, 1998; Nathanson, 1994; Tangney & Dearing, 2002). A tendência para experienciar vergonha pode levar o sujeito a ativar estratégias externalizantes para suavizar o impacto nocivo dos sentimentos intensos de vergonha (Gold et al., 2011), através da atribuição de intenções malévolas ao outro (Gilbert, 1997, 1998) e de comportamentos de dominância através da ativação de diversos mecanismos de defesa, como a raiva e a hostilidade (Elison et al., 2014; Tangney & Dearing, 2002).

No que remete à culpa, quando esta é experienciada de forma excessiva e inapropriada, pode afetar o bem-estar psicológico do ser humano, sendo por isso que muitas pessoas acreditam que a presença da culpa é algo que influencia negativamente as suas vidas, acarretando um maior sofrimento (Boss, 1972/1988, cit. in Aquino et al., 2010). O sujeito vê-se deste modo, impedido de experienciar com a alegria as condutas que realiza, resultado de ideias negativas sobrevalorizadas, impedindo-lhe em última instância de desfrutar da vida (Echeburúa, Corral & Amor, 2001).

Ferguson e Crowley (1997) consideram que o próprio acontecimento pode determinar se a culpa é ou não pouco adaptada, ou seja, se a situação não pode ser de todo corrigida e o sujeito não vê hipótese de remediar a ação, estará a experienciar uma culpa crónica e ruminativa. Por sua vez, é igualmente desadaptado quando o sujeito ao invés de estar motivado para a resolução da ação procura desculpas e justificações para o seu sentimento de culpa, perpetuando o problema.

#### **4.3 A relação entre a Vergonha e a Culpa e os Comportamentos Agressivos**

Embora seja referido na literatura, que os comportamentos agressivos resultam de um conjunto de inúmeros fatores, tanto internos como externos, estes também se encontram frequentemente associados à falta de empatia e a emoções como a culpa e a vergonha. Desta forma, pode pensar-se que os adolescentes com comportamentos de

risco e agressividade regulam as suas condutas através de formas mais externas, uma vez que não há uma internalização das normas e valores. Assim sendo, é esperado que os mesmos percecionem as regras e normas como impostas e não como fazendo parte de si mesmos, daquilo que consideram importante e dos seus valores pessoais, comparativamente aos jovens que não apresentam comportamentos problemáticos (Moreira, Maia, Costa, González & Santos, 2010). Neste sentido, segundo a literatura a emoção que mais se associa aos jovens com comportamentos de agressividade é a vergonha. Existem assim modelos teóricos que mostram que a forma que o sujeito encontra para lidar com a vergonha que sente pode refletir-se na procura de conflitos, agressões a terceiros e culpabilização dos outros por atos que o próprio cometeu. Estes comportamentos têm a função de compensar e suavizar, de certa forma, os sentimentos negativos decorrentes da experiência de vergonha que o leva a assumir uma postura defensiva (Gold, Sullivan, & Lewis, 2011; Kivisto, Kivisto, Moore, & Rhatigan, 2011). Esta postura defensiva origina, para o jovem, comportamentos contra-agressivos, redirecionando a hostilidade para o exterior, mais especificamente para os outros, havendo uma ativação da raiva, lidando com esta de forma menos construtiva, com agressão física, verbal, simbólica e indireta (e.g., destruir algo importante para o alvo). Estes comportamentos resultam numa tentativa por parte dos sujeitos de camuflar ou negar os sentimentos de vergonha (Campbell & Elison, 2005; Elison, Pulos & Lenon, 2006).

De acordo com Redl e Wineman (1951), também é possível que surjam sentimentos de ódio, que consecutivamente têm um efeito nocivo no desenvolvimento de todas as estruturas da personalidade, especialmente ao influenciar negativamente a visão que o sujeito tem de si próprio e dos outros. Assim é gerada uma incapacidade por parte do mesmo de criar laços afetivos, levando-o a percecionar o meio que o rodeia como sendo um ambiente hostil, sentindo-se constantemente ameaçado. Para além disto, o comportamento destrutivo e antissocial do jovem faz com que este sinta ainda mais a rejeição por parte das instâncias socializadoras e respetivos círculos. Desta forma, os sentimentos de ódio e raiva acentuam-se, originando um sentimento de culpabilidade muito violento, que conseqüentemente motiva o comportamento agressivo e diminuí a tendência para reparar o dano causado no outro (vítima).

Alguns autores demonstram ainda no seu estudo que indivíduos com características narcísicas, tais como: sentimentos inflacionados de superioridade em relação aos outros e manipulação em prol da satisfação dos próprios interesses, tendem

a experienciar elevados níveis de raiva e comportamentos de ataque ao outro, perante situações que identificam como potenciais ameaças ao seu ego ou mérito (Thomaes, Olthof, Bushman, & Nezlek, 2011). A preocupação por parte do adolescente na manutenção da auto-estima faz com que, perante uma situação de transgressão, o foco cognitivo do mesmo seja sobre si próprio, não havendo disponibilidade para atender às consequências que o seu comportamento teve no outro

## **5. A Ideação Suicida na Adolescência**

Compreender totalmente o suicídio e defini-lo torna-se muito complexo, uma vez que condutas bastante diferenciadas podem ser consideradas “suicidárias” e os fatores envolvidos são diversos, existindo para cada indivíduo uma combinação única de fatores biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Este fenómeno continua a ser alvo de grande interesse e de diversas reflexões, uma vez que são enormes as implicações psicológicas e emocionais, quer ao nível individual quer ao nível familiar (Gouveia-Pereira et al., 2014).

O suicídio é considerado um fenómeno universal e multifacetado, que atinge todas as culturas, idades e classes sociais, e não resulta de um ato que possa ser avaliado isoladamente, mas sim da consequência limite de um processo. Está sempre ligado à auto-destruição, que por sua vez associa-se à incapacidade do indivíduo encontrar uma alternativa para os seus problemas, sendo a morte a única solução viável ou a única forma de pôr fim ao seu sofrimento, quando já foram utilizadas todas as estratégias conhecidas para comunicar a tristeza e solidão (Kutcher, 2007). O ato suicida está entre as dez principais causas de morte em crianças com mais de 5 anos de idade em todos os países onde há informações fidedignas sobre mortalidade. Contudo, especificamente, este fenómeno situa-se entre as três principais causas de morte para pessoas com idade entre 15 e 34 anos e entre as cinco principais causas de mortalidade entre a faixa dos 15 aos 19 anos (Bertolote & Fleischmann, 2002, 2004; Mann, 2002; Shaffer & Pfeffer, 2001; WHO, 2001). Ainda que o suicídio seja visto como um tabu em muitas sociedades, este tem sido considerado um problema de saúde pública, devido aos números alarmantes dos atos suicidas, tendo nos últimos 45-50 anos aumentado cerca de 60% em todo o mundo.

É necessário ter em conta que na fase da adolescência é comum o aparecimento ocasional de ideias suicidas, pois este tipo de pensamento pode ser considerado parte do processo evolutivo que faz parte da adolescência. Estes

pensamentos funcionam assim como uma tentativa para elucidar problemas existenciais e encontrar respostas para compreender esta fase da vida especialmente conturbada. É no período da adolescência que há uma reorganização psíquica, onde geralmente aparecem intensos sentimentos de baixa auto-estima e dor psicológica, que podem levar o adolescente a cometer atos de autodestruição. Aparecerem, ocasionalmente ideias suicidas, não é anormal (WHO, 2001), o que é preocupante é quando os jovens sistematicamente pensam, ameaçam, tentam ou concretizam o suicídio. Há assim um colapso nos seus mecanismos adaptativos, que fazem com que os comportamentos suicidas sejam vistos como uma tentativa de alívio da dor e do sofrimento psíquico. A intensidade, profundidade, duração, contexto em que esses pensamentos surgem e a impossibilidade de desligar-se deles, são fatores que distinguem um sujeito que se encontra perto de uma crise suicida, de um indivíduo saudável (WHO – World Health Organization, 2003). No que remete ao tipo de personalidade, sabe-se que suicídio é considerado um ato íntimo, em que a personalidade representa uma função fundamental. Contudo, não existe uma personalidade tipo para o comportamento suicida, mas geralmente, abarca sujeitos com rigidez psicológica, carácter imaturo, e com bastantes dificuldades para a resolução de problemas acompanhado de pensamentos negativos relativamente tanto a situações simples, como complexas (Miró, 1998).

Consoante a literatura específica acerca da temática referida, o comportamento suicidário engloba, frequentemente, três categorias diferenciadas entre si pelo grau de severidade. Num dos extremos encontra-se a ideação suicida, que corresponde ao desenvolvimento de pensamentos e/ou ideias de autodestruição e envolve o planeamento e desejo da própria morte, estando incluída a ideia de que a vida não vale a pena ser vivida, revelando um grave sofrimento emocional (Ferreira & Castela, 1999; Gouveia-Pereira et al. 2014; Sampaio, 1991; Saraiva 1999). A ideação suicida é considerada um fator de risco para o comportamento suicida propriamente dito, ou seja, a ideação suicida pode ser considerada uma linha fundamental para o risco de suicídio. No centro encontra-se a tentativa de suicídio, caracterizada pelo ato realizado por parte do sujeito com o intuito de pôr fim à vida, não o conseguindo fazer por diversas razões (Sampaio, 2002). No outro extremo, o suicídio consumado, onde o ato anteriormente levado a cabo acabou por culminar na morte do sujeito (Araújo, Vieira & Coutinho, 2010).

Segundo Vega Piñero, Blasco, Baca-Garcia & Diaz (2002), também é utilizado o termo “para-suicídio”, que significa condutas de comportamento suicidas mas que a verdadeira intenção não é acabar com a própria vida, mas sim modificar o ambiente no qual o indivíduo está inserido, sendo o grau de intencionalidade muito menor ao da tentativa de suicídio. Este tipo de comportamento é característico da adolescência e de sujeitos imaturos, surgindo como forma de reação a um conflito, sendo denominado em numerosas ocasiões, de “chamadas de atenção”, e em algumas situações apresenta caráter de chantagem emocional (Vega Piñero, Blasco, Baca-Garcia & Diaz, 2002).

Para Sampaio (2002, 2006), os comportamentos suicidas têm muitas vezes uma função apelativa e relacional de apelo à mudança do sistema familiar (metacomunicação). Assim, os atos suicidas têm uma natureza ambivalente e relacional, no sentido em que podem ser considerados autodestrutivos e simultaneamente tentativas de comunicação e apelos para a mudança individual e relacional.

Algumas investigações têm demonstrado que fatores familiares estão fortemente associados à ideação suicida nos jovens, tais como ausência de suporte familiar, padrões de vinculação inseguros e a violência na família. A identificação da gravidade da ideação suicida num adolescente pode contribuir para detetar atempadamente jovens em risco de suicídio (Ferreira & Castela, 1999).

### **5.1 A Ideação Suicida, a Vergonha e a Culpa**

De acordo com a Teoria da Vulnerabilidade Fluída de Rudd (2006) a vulnerabilidade de um indivíduo para o suicídio é variável, no entanto pode ser identificada e quantificada. De acordo com a teoria referida, alguns indivíduos encontram-se predispostos ao risco de suicídio, em parte, devido a esquemas negativos e crónicos do self. Estes esquemas tendem a ser fundamentados na vergonha, conferindo uma vulnerabilidade a longo-prazo para o risco de suicídio, mesmo em períodos de calma e relativa estabilidade. Na presença de um evento stressante, estes esquemas são ativados e dão origem a um estado de desesperança, que aumenta o risco de suicídio (Bryan, Ray-Sannerud, Morrow & Etienne, 2013b; Rudd, 2006).

A vergonha tem sido fortemente associada a tentativas de suicídio devido ao seu carácter pouco adaptado, na medida em que, o suicídio pode ocorrer como uma consequência ou uma estratégia de evitamento ou atenuação da vergonha (Breed, 1972).

Birtchnell (1971) investigou os estados emocionais e motivacionais associados às tentativas de suicídio e descobriu que muitos dos pacientes, de ambos os sexos, que

já tinham realizado tentativas de suicídio, reportaram sentimentos de vergonha, fracasso na vida e solidão no momento em que realizaram o ato suicida. Para além do referido, a vergonha é o fator precipitante do suicídio mais saliente e descrito com mais frequência, nas prisões e centros de detenção (Ivanoff, 1989; Lester, 1997). As tentativas de suicídio falhadas são um fator de risco para a realização de uma nova tentativa, uma vez que é comum, após a tentativa o indivíduo experienciar vergonha (Harris & Barraclough, 1997; Samuelsson, Wiklander, Asberg & Saveman, 2000; Suorninen, Isometsä, Suokas, Haukka, & Achte Lonqvist, 2004).

Também a World Health Organization (2002b; 2006) sublinhou um conjunto de fatores associados ao comportamento suicida, designadamente: o isolamento social, o consumo de álcool e de substâncias psicoativas, a violência familiar, a impulsividade, a falta de competências para enfrentar problemas, a vergonha e a culpa.

Castilho Gouveia e Bento (2010) refutam esta ideia indicando que a vergonha e a culpa são dois fortes fatores de vulnerabilidade ao desenvolvimento de doença mental (Castilho Gouveia & Bento, 2010), sobretudo a depressão (Gilbert, 2002) e suicídio (Fazza & Page, 2003).

## **6. Objetivos e Hipóteses de Estudo**

Dado o número reduzido de estudos acerca da temática a abordar anteriormente, o presente estudo tem como principal objetivo, perceber a relação existente entre, a violência filiofamiliar (física e psicológica), a vergonha, a culpa e a ideação suicida. Procura-se ainda perceber se a existência de conflitos interparentais se relaciona com o aparecimento da violência filiofamiliar (física e psicológica).

Segundo Wamboldt & Wamboldt, (2000) o conflito conjugal é um processo familiar que pode origina distúrbios afetivos no desenvolvimento infantil, sendo que estudos revelam que adolescentes expostos a elevados níveis de conflitos interparentais, apresentam dificuldades no processo de ajustamento. Assim sendo, a hipótese da bidirecionalidade da violência defende a ideia de que a aprendizagem de relações baseadas na violência, que o jovem experimenta ou observa diretamente durante a infância, fá-lo adotar esse mesmo comportamento violento no futuro, contra os seus progenitores. Assim, alguns estudos demonstram que existe uma correlação positiva entre a exposição a conflitos interparentais e a violência filiofamiliar (Brezina, 1999; Ibabe, Jaureguizar & Díaz, 2007; Wilson, 1996). Segundo Garrido (2007) o facto de os

adolescentes aprenderem modelos de relação baseados na violência e a experimentarem o comportamento violento dos seus progenitores, fá-los interiorizar que a única forma de resolver os conflitos é mediante o uso da força e de técnicas violentas, demonstrando que os pais podem incentivar condutas agressivas nos seus filhos. Assim sendo, criou-se a seguinte hipótese:

- **Hipótese 1:** “A existência de conflitos interparentais está correlacionada positivamente com a violência filio-parental (física e psicológica) contra a mãe e contra o pai”;

Consoante alguns estudos, nomeadamente o de Rudd (2006), é afirmado que os sentimentos de vergonha e culpa aquando experienciadas de forma intensa, frequente e com longa duração, podem originar uma variedade de sintomas, nomeadamente agressividade e conduzir a estados psicopatológicos. É referido que quando um sujeito apresenta um comportamento inadequado, as emoções que surgem com mais frequência são a vergonha e a culpa, sendo que as pessoas com orientação para sentir vergonha são mais vulneráveis a perturbações afetivas, como a depressão, a baixa auto-estima e ideação suicida. Por sua vez, o sentimento de culpa excessivo ou inapropriado encontra-se muito vinculado a ideias negativas sobrevalorizadas, independentemente do ato, causando elevados níveis de indignidade e sofrimento, impedindo o sujeito de experimentar alegria pelas condutas que realiza de forma correta e em última instancia desfrutar da vida (Tangney et al. 1992). Por sua vez, segundo alguns autores, a adoção de comportamentos agressivos em relação aos pais, motiva o isolamento social, sentimentos de inutilidade e inferioridade (Ibabe, Arnoso, & Elgorriaga, 2014). Desta forma, também Kennedy, Edmonds, Dann e Burnett (2010) identificam a sintomatologia depressiva, os sentimentos de infelicidade, a ideação suicida e as tentativas de suicídio como características frequentemente presentes no perfil dos jovens agressores. Urra (2016) corrobora esta ideia, afirmando que muitos dos jovens infratores possuem baixa auto-estima e depressão que aflora num estado de ânimo irritável, afetando o seu comportamento perturbador. Assim, devido à escassez de estudos que relacionem a violência filio-parental, com a culpabilidade e a vergonha e a ideação suicida, criou-se a seguinte hipótese:

- **Hipótese 2:** “ Quanto maior os níveis de violência filio-parental (física e psicológica), maior a culpa, maior a vergonha interna e externa e maior a ideação suicida sentida pelos jovens”;

Por último, tem sido destacado na literatura, que os comportamentos agressivos apesar de resultarem de um conjunto de inúmeros fatores, tanto internos como externos têm sido frequentemente associados a emoções como a vergonha e a culpa. Assim segundo algumas investigações, a emoção que mais se associa aos comportamentos de agressividade corresponde à vergonha. Existem assim modelos teóricos que mostram que a forma que o sujeito encontra para lidar com a vergonha que sente após um comportamento de transgressão, pode refletir-se na procura de conflitos, agressões a terceiros e culpabilização dos outros por atos que o próprio cometeu. Este comportamento funciona como uma defesa por parte do sujeito de forma a camuflar o sentimento de vergonha. Assim como, para não identificar o comportamento negativo como sendo seu, fazendo com que os outros se sintam pior do que ele próprio se está a sentir.

O comportamento destrutivo e antissocial do jovem faz com que este sinta ainda mais a rejeição por parte das instâncias socializadoras e respetivos círculos, acentuando ainda mais ódio e raiva e provocando e alimentando um sentimento inconsciente de culpabilidade muito violento, que conseqüentemente motiva o comportamento agressivo (Redl e Wineman, 1951). De forma a relacionar a violência filio-parental com os níveis de vergonha interna, vergonha externa e culpa, colmatando a falha existente na literatura, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

- **Hipótese 3:** “Existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da violência filio-parental (física e psicológica) contra a mãe e contra o pai, em função dos níveis de vergonha interna (altos e baixos) ”;

- **Hipótese 4:** “Existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da violência filio-parental (física e psicológica) contra a mãe e contra o pai, em função dos níveis de vergonha externa (altos e baixos) ”;

- **Hipótese 5:** “Existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da violência filio-parental (física e psicológica) contra a mãe e contra o pai, em função dos níveis de culpa (altos e baixos) ”.

## MÉTODO

### 1. Participantes

Participaram no presente estudo um total de 285 adolescentes de ambos os sexos, 149 do sexo feminino (52,3%) e 136 do sexo masculino (47,7%), com idades compreendidas entre os 12 e os 19 anos ( $M=15,13$  anos;  $DP=1,80$ ) (Tabela 1) de três escolas públicas, na linha de Cascais.

Os adolescentes foram divididos em três grupos etários, o primeiro corresponde a jovens com idades entre os 12 e os 14 anos ( $N=97$ ; 34,0%), o segundo a adolescentes entre os 15 e os 16 anos ( $N=152$ ; 53,3%) e o terceiro a adolescentes entre os 17 e os 19 anos ( $N=36$ ; 12,6%).

**Tabela 1:** Distribuição dos Participantes por Idade e por Sexo

Idade	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
12	13	16	29
13	21	12	33
14	18	18	36
15	29	29	58
16	34	35	69
17	15	14	29
18	16	10	26
19	3	2	5
Total	149	136	285

Dos 285 adolescentes, 268 (94%) têm nacionalidade portuguesa e 17 (6,1%) são de outras nacionalidades, sendo que esses 17 adolescentes são na sua maioria de nacionalidade brasileira.

Relativamente ao ano de escolaridade, 42 adolescentes frequentam o 7º e o 8º ano (14,7%), 57 frequentam o 9º ano (20%), 61 frequentam o 10º ano (21,4%), 56 frequentam o 11º ano (19,6%), 27 frequentam o 12º ano (9,5%) e 10 frequentam o ensino superior (4,2%). Não há qualquer indicação quanto às reprovações escolares (Tabela 2).

**Tabela 2:** Frequência dos anos de Escolaridade por Sexo

Ano de Escolaridade	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
7º ano	18	24	42
8ºano	22	20	42
9ºano	31	26	57
10º ano	27	34	61
11ºano	30	26	56
12ºano	21	6	27
Total	149	136	285

No que diz respeito aos aspetos e dinâmicas familiares, 64,2% dos progenitores destes adolescentes são casados ou estão juntos e 35,8% encontram-se divorciados. Quando perguntado a estes jovens se tinham irmãos, 220 (77,2%) responderam que sim e 65 (22,8%) responderam que não.

Estes adolescentes foram ainda questionados relativamente à violência em casa, sendo que 56 dos 285 adolescentes (19,6%) responderam que já tinham testemunhado violência em casa (29 do sexo feminino e 27 do sexo masculino) e 229 (80,4%) responderam que nunca tinham testemunhado violência em casa, sendo 120 do sexo feminino e 109 do sexo masculino (Tabela 3). Relativamente ao terem sido vítimas de violência em casa, 32 adolescentes (11,2%) responderam que também já haviam sido vítimas de violência na sua própria casa (15 do sexo feminino e 17 do sexo masculino) e 253 (88,8%) responderam que não (134 do sexo feminino e 119 do sexo masculino) (Tabela 4).

**Tabela 3:** Distribuição da Variável Testemunhar Violência por Sexo

Testemunha de violência em casa	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
Sim	29	27	56
Não	120	109	229
Total	149	136	285

**Tabela 4:** Distribuição da Variável Vítima de Violência por Sexo

Vítima de violência em casa	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
Sim	15	17	32
Não	134	119	253
Total	149	136	285

Por fim, no que diz respeito às tentativas de suicídio conhecidas, 69,5% (N=198) dos adolescentes responderam que não a esta questão (97 do sexo feminino e 101 do sexo masculino) e 30,5% (N=87) responderam que sim (52 do sexo feminino e 35 do sexo masculino) sendo que, destes últimos, 13,7% (N=39) responderam que as tentativas de suicídio conhecidas foram referentes a familiares, 10,5% (N=30) a amigos, 3,9% (N=11) a vizinhos, 1,8% (N=5) a figuras de referência e os restantes 0,7% referem-se a outras opções.

**Tabela 5:** Distribuição da Variável Tentativas de Suicídio Conhecidas por Sexo

Tentativas de suicídio conhecidas	Sexo		Total
	Feminino	Masculino	
Sim	52	35	87
Não	97	101	198
Total	149	136	285

## 2. Instrumentos

### 2.1 Questionário de Agressão Parental (CPAQ)

O questionário de Agressão Parental (CAPQ – Child-to-Parent Aggression Questionnaire) é um instrumento de auto-preenchimento, desenvolvido por Calvete, Gamez-Guadix, Orue et al. (2013), que tem como intuito avaliar a agressão de um filho adolescente para com os seus pais, tanto a nível físico como a nível psicológico. Este instrumento na versão original é composto por 20 itens, onde 10 são referentes à mãe e 10 referentes ao pai. Na versão portuguesa, o instrumento é composto por 22 itens, onde 11 são referentes à mãe e 11 referentes ao pai. Destes 11 itens, 7 descrevem a agressão psicológica (e.g., “Gritaste com a tua mãe/pai quando estavas zangado”) e 4 descrevem

a agressão física (e.g., “Bateste na tua mãe/pai com algo que a/o pudesse magoar”). Foi feita a tradução para português e a respetiva retroversão do questionário. Acrescentamos mais um item ao questionário original que integra a dimensão correspondente à agressão física (e.g., “Deste uma bofetada ou bateste nos teus pais”) porque nos pareceu ser útil e importante, tornando o presente instrumento mais completo e rigoroso. A escala é composta por 7 itens que se referem à agressão psicológica (i.e. comportamento insultuoso, ameaçador, chantagem, desobedecer a um pedido dos pais, tirar dinheiro sem a permissão, etc.) e 4 que se referem à agressão física (i.e. bater, empurrar, pontapear, etc.). Os adolescentes referem a frequência com que tiveram determinados comportamentos agressivos para com a mãe ou pai durante o último ano, utilizando uma escala de Likert de 4 pontos. Porém, na presente investigação optou-se por utilizar uma escala de Likert de 5 pontos: 0 (nunca), 1 (isto já aconteceu uma ou duas vezes), 2 (aconteceu entre 3 e 5 vezes), 3 (aconteceu entre 6 a 10 mais vezes) e 4 (aconteceu mais de 11 vezes). As dimensões da violência filio-parental apresentam boa consistência interna, tal como podemos observar através da tabela que se segue.

**Tabela 6:** Alphas, Médias e Desvios Padrões do Questionário de Agressão Parental

Dimensões	Média	Desvio Padrão	Alpha de Cronbach
Violência Psicológica (Mãe)	2,36	.77	.76
Violência Física (Mãe)	1,07	.24	.72
Violência Psicológica (Pai)	2,06	.73	.75
Violência Física (Pai)	1,08	.33	.74

## 2.2. Children’s Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC)

O questionário Children’s Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC) corresponde a um instrumento de auto-relato, construído por Grych e Fincham (1992) que tem como objetivo compreender o impacto do conflito interparental no ajustamento dos filhos, tendo em consideração a forma como as crianças e os adolescentes percebem o conflito entre as figuras parentais. A versão utilizada na presente investigação pertence a Moura, Santos e Matos (2006), aferida e validada para a população portuguesa.

O CPIC foi composto inicialmente por 49 itens organizados em 9 escalas: Frequência, Intensidade, Resolução, Conteúdo, Percepção de Ameaça, Eficácia, Culpa, Triangulação e Estabilidade. Após se terem realizado as análises: factorais, exploratória e confirmatória e, da consistência interna: reorganizou-se as 9 escalas em 3 grandes dimensões: Propriedades do Conflito (Frequência, Intensidade e Resolução); Ameaça (Percepção de Ameaça e Eficácia) e Culpa (Conteúdo e Culpa). Na reorganização das três dimensões, foram eliminadas as escalas de Estabilidade e Triangulação (os seus itens não saturavam de forma consistente num dos 3 fatores teoricamente concebidos).

Assim sendo, a dimensão Propriedades do Conflito avalia a percepção dos jovens relativamente a uma forma destrutiva de conflito entre as figuras parentais; a dimensão Ameaça procura avaliar a percepção de ameaça e medo desencadeado pelo conflito associado a um sentimento de incompetência pessoal para lidar com esse mesmo conflito e por fim a dimensão Culpa pretende avaliar especificamente a percepção dos sujeitos acerca do seu papel/contributo no conflito dos pais.

Após uma análise da consistência interna dos 48 itens do instrumento, optámos por excluir alguns itens, uma vez que se verificou uma melhoria substancial da consistência interna da dimensão correspondente a esse mesmo item, mais propriamente, na dimensão referente à subescala Culpa, foi retirado o item 47. Por outro lado, na dimensão Propriedades do Conflito foi excluído o item 9, uma vez que apresentava uma correlação item-total muito baixa. As dimensões do instrumento, apresentam boa consistência interna, tal como podemos verificar na tabela 7. Para o posterior tratamento dos dados, inverteram-se alguns itens da escala com o objetivo de todos os itens ficarem positivos. Para o posterior tratamento dos dados, os itens 1,2,5,8,12,18,22,26,27,35,38 e 47 foram invertidos, pois vão no sentido oposto ao constructo que a escala mede.

**Tabela 7:** Alphas, Médias e Desvios Padrões das Dimensões do Questionário CPIC

Dimensões	Média	Desvio Padrão	Alpha de Cronbach
Propriedades do Conflito	2,73	0,80	,93
Ameaça	2,90	0,70	,80
Culpa	2,20	0,70	,81

### **2.3 Escala de Vergonha Externa**

Escala de Vergonha Externa (Other As Shamer) é um instrumento de auto-resposta, desenvolvido inicialmente por Goss, Gilbert e Allan, (1994) que permite avaliar a percepção que cada pessoa tem acerca da forma como pensa que os outros a vêem. Esta percepção assenta numa visão de que os outros nos julgam como sendo inferiores, defeituosos ou pouco atrativos. A versão utilizada nesta investigação é a de Lopes, Pinto Gouveia e Castilho (2005), traduzida e adaptada para a população portuguesa. A escala é constituída por 18 itens que medem a vergonha externa, cotados numa escala tipo Likert de 5 pontos que varia entre 0 e 4, em que 0 é igual a Nunca e 4 é igual a Quase sempre (Lopes, Pinto-Gouveia & Castilho, 2005). Contudo no presente estudo optou-se por utilizar uma escala de Likert de 5 pontos que varia entre 1 e 5, em que 1 é igual a nunca e 5 é igual a sempre. No presente estudo, o instrumento obteve os seguintes valores:  $M = 2,41$ ;  $DP = ,75$ ;  $\alpha = ,93$ .

### **2.3 A Escala de Vergonha Interna**

A Escala de Vergonha Interna (Internalized Shame Scale) foi desenvolvida por Cook (1996) e adaptada e traduzida para a população portuguesa por Matos e Pinto-Gouveia (2006). Tem como objetivo avaliar a percepção que o sujeito tem acerca de si próprio. A escala é constituída por 30 itens que descrevem sentimentos e experiências geralmente penosas ou negativas. O formato de resposta deste instrumento assenta numa escala do tipo Likert de 5 pontos, em que o 0 corresponde a “Nada” e 4 a “Quase sempre”. Porém no presente estudo optou-se por utilizar uma escala de Likert de 5 pontos que varia entre 1 e 5, em que 1 é igual a nunca e 5 é igual a sempre. Na nossa investigação obtemos as seguintes informações:  $M = 2,62$ ;  $DP = ,75$ ;  $\alpha = ,95$ .

### **2.4 Escala Multidimensional da Culpa (EMC)**

A escala Multidimensional da Culpa foi desenvolvida e validada por Aquino e Medeiros (2009) e tem como finalidade avaliar o nível de sentimento de culpa experimentado pelas pessoas no seu quotidiano em relação a questões afetivas, cognitivas e comportamentais. A escala é composta por 12 itens, dispostos numa escala de Likert de 5 pontos que varia entre 1 a 5, onde 1 significa “Nunca” e 5 “Sempre”. Foram encontrados os seguintes valores no instrumento referido:  $M = 3,00$ ;  $DP = ,80$ ;  $\alpha = ,90$ .

## **2.5. Questionário de Ideação Suicida (SIQ)**

O questionário de Ideação Suicida (SIQ – Suicidal Ideation Questionnaire) corresponde a um instrumento de auto-preenchimento, desenvolvido inicialmente por Reynolds (1988), que permite avaliar a gravidade e a intensidade dos pensamentos e ideias suicidas em adolescentes e adultos. A versão portuguesa, aferida e validada por Ferreira e Castela (1999), foi utilizada no presente estudo. Este instrumento é constituído por 30 itens, para os quais, são disponibilizadas sete alternativas de resposta que avaliam a frequência de ocorrência de ideação suicida, que variam numa escala de Likert de 7 pontos, que vai desde o 1 “o pensamento nunca ocorreu” até ao 7 “o pensamento ocorreu sempre”, podendo o resultado variar entre 0 e 180. No presente estudo, o instrumento obteve os seguintes valores:  $M = 2,22$ ;  $DP = 1,34$ ;  $\alpha = 0,98$ .

## **3. Procedimento**

Primeiramente foi necessário elaborar uma autorização por escrito à direção das várias escolas da linha de Cascais (Anexo A), uma vez que a amostra de adolescentes é proveniente de contextos escolares, obtendo-se assim o consentimento das três escolas para a realização do estudo. De seguida, foi realizado o contacto pessoal com as entidades responsáveis de cada estabelecimento de ensino, onde foram esclarecidos os objetivos do estudo, os instrumentos a utilizar e as características da amostra pretendida. Posteriormente foram elaboradas autorizações para os encarregados de educação (Anexo B), que consistiam num documento onde se informava os responsáveis pelos participantes menores de 18 anos, do objetivo do estudo, do anonimato e confidencialidade do mesmo e da duração da aplicação, correspondente a aproximadamente 10 a 15 minutos. Depois de recolhidas as autorizações dos encarregados de educação, foi estabelecido um novo contacto com os responsáveis dos estabelecimentos de ensino, onde foi agendada a recolha de dados, que ocorreu em contexto de sala de aula, nos últimos 15 minutos das aulas terminarem.

Antes da distribuição dos questionários foram explicados alguns aspetos fundamentais para uma realização adequada da tarefa (i.e. objetivos do estudo, em que consistia a tarefa e a duração da mesma) e, por se tratar de um questionário que foca alguns aspetos pessoais e familiares, bem como alguns comportamentos de risco, foi importante realçar que o seu preenchimento era confidencial, anónimo e voluntário, sem respostas certas e erradas. Foi ainda importante referir que as suas respostas seriam apenas usadas para efeitos meramente estatísticos, não podendo as mesmas ser associadas aos participantes

e que seriam esclarecidas quaisquer dúvidas existentes durante o preenchimento do questionário.

Posto isto, iniciou-se o preenchimento do questionário (Anexo C), começando pela escala, Questionário de Agressão Parental (CPAQ), Children's Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC), Questionário de Vergonha Externa (OAS), Questionário de Vergonha Interna (ISS), Questionário Multidimensional de Culpa (QMC) e Questionário de Ideação Suicida e, por fim, um Questionário Sociodemográfico onde os participantes preencheram alguns dados como a idade, género, ano de escolaridade, casos de violência em casa, tentativas de suicídio conhecidas, entre outros. Quando os adolescentes terminaram de preencher os questionários colocaram os mesmos numa caixa, como forma de reforçar o anonimato e a confidencialidade da participação no presente estudo, sendo que no fim de cada questionário foram disponibilizados contactos, caso os adolescentes apresentassem ou sentissem necessidade de falar sobre possíveis sintomas e comportamentos apresentados.

## RESULTADOS

De forma a facilitar a leitura deste capítulo, optou-se por efetuar a análise dos resultados, sendo a respetiva discussão apresentada no capítulo seguinte. Nas questões abertas do Questionário de Agressão Parental (CPAQ), foi realizada uma análise de conteúdos, de acordo com Vala (1986), onde as respostas foram codificadas e apresentadas a três júris independentes, sendo apenas consideradas as respostas em que pelo menos dois dos elementos do júri estavam de acordo.

Adicionalmente, na presente análise dos resultados, assume-se que as diferentes distribuições cumprem o pressuposto de normalidade dos testes paramétricos, uma vez que a amostra em estudo apresenta uma dimensão razoavelmente elevada para se evocar o Teorema do Limite Central, que fixa como nestas amostras com dimensões razoáveis (superiores a 25-30 sujeitos), a distribuição da média amostral é satisfatoriamente aproximada à normal (Marôco, 2014).

### 1. Análise dos Resultados

Com a finalidade de responder à **hipótese 1**: “Os conflitos interparentais encontram-se positivamente correlacionados com a violência filio-parental (física e psicológica)”. Optou-se por realizar correlações de Pearson, no sentido de analisar a relação entre a violência filio-parental (física e psicológica) e as dimensões do conflito interparental (propriedades do conflito, ameaça e culpa relativamente aos conflitos entre os pais).

**Tabela 8:** Correlações entre a Violência Filio-parental (física e psicológica) e as Dimensões do Conflito Interparental

	1	2	3	4	5	6	7
1. Violência Psicológica (Mãe)	-						
2. Violência Psicológica (Pai)	<b>,633**</b>	-					
3. Violência Física (Mãe)	<b>,396**</b>	<b>,276**</b>	-				
4. Violência Física (Pai)	,110	<b>,413**</b>	<b>,356**</b>	-			
5. Propriedades do Conflito	<b>,271**</b>	<b>,186**</b>	,089	<b>,188**</b>	-		
6. Ameaça	<b>,141*</b>	,048	-,060	,066	<b>,528**</b>	-	
7. Culpa	<b>,205**</b>	,116	,090	,097	<b>,358**</b>	<b>,414**</b>	-

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01.

\* . A correlação é significativa no nível 0,05.

Como podemos observar através da tabela 8, a dimensão Propriedades do Conflito encontra-se significativamente e positivamente correlacionada com a violência psicológica contra a mãe e com a violência psicológica contra o pai, bem como com a violência física contra o pai ( $r=.188$ ). Assim, quanto maior a percepção por parte dos adolescentes relativamente às propriedades dos conflitos entre os pais, maior a violência psicológica contra a mãe e contra o pai e maior a violência física contra o pai. No entanto, não se encontrou uma correlação significativa entre as propriedades do conflito e a violência física contra a mãe ( $r=.089$ ).

A dimensão Ameaça dos Conflitos Interparentais encontra-se apenas significativamente e positivamente correlacionada com a violência psicológica contra a mãe. Estes dados indicam que quanto maior for a ameaça sentida pelos adolescentes relativamente aos conflitos entre os pais, maior a violência psicológica contra a mãe.

De igual modo, a dimensão Culpa dos Conflitos Interparentais apenas apresenta uma correlação significativa e positiva com a violência psicológica contra a mãe, demonstrando que quanto maior for a culpa sentida pelos jovens relativamente aos conflitos entre os progenitores, maior a violência psicológica exercida contra a mãe.

No que respeita à **hipótese 2**: “Quanto maior os níveis de violência filio-parental (física e psicológica), maior a culpa, maior a vergonha interna e externa e maior a ideação suicida sentida pelos jovens”, optou-se igualmente por realizar Correlações de Pearson, no sentido de compreendermos as relações entre as variáveis em estudo.

**Tabela 9:** Correlações entre a Violência Filio-parental (física e psicológica) a Culpa, a Vergonha Interna e Externa e a Ideação Suicida

	1	2	3	4	5	6	7	8
1. Violência Psicológica (Mãe)	-							
2. Violência Psicológica (Pai)	<b>,633**</b>	-						
3. Violência Física (Mãe)	<b>,396**</b>	<b>,276**</b>	-					
4. Violência Física (Pai)	,110	<b>,413**</b>	<b>,356**</b>	-				
5. Culpa	<b>,187**</b>	<b>,130*</b>	,085	<b>,148*</b>	-			
6. Vergonha Interna	<b>,232**</b>	<b>,189**</b>	<b>,151*</b>	<b>,120*</b>	<b>,580**</b>	-		
7. Vergonha Externa	<b>,296**</b>	<b>,218**</b>	,105	,049	<b>,511**</b>	<b>,782**</b>	-	
8. Ideação Suicida	<b>,304**</b>	<b>,230**</b>	<b>,200**</b>	<b>,189**</b>	<b>,505**</b>	<b>,548**</b>	<b>,474**</b>	-

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01.

\* . A correlação é significativa no nível 0,05.

A partir da tabela 10 verificou-se que a violência psicológica contra a mãe encontra-se significativamente e positivamente correlacionada com a culpa ( $r=.187$ ), com a vergonha interna ( $r=.232$ ), com a vergonha externa ( $r=.130$ ) e a ideação suicida ( $r=.304$ ). Assim, quanto maiores os níveis de violência psicológica contra a mãe, maiores os níveis de culpa, vergonha interna, vergonha externa e ideação suicida.

A violência psicológica contra o pai encontra-se também significativamente e positivamente correlacionada com a culpa ( $r=.130$ ) a vergonha interna ( $r=0.189$ ), com a vergonha externa ( $r=.218$ ) e com a ideação suicida ( $r=.230$ ). Os resultados indicam-nos que quanto maior a violência psicológica à mãe e ao pai, maior a vergonha interna, a vergonha externa assim como a ideação suicida.

A violência física contra a mãe encontra-se significativamente e positivamente correlacionada com a vergonha interna ( $r=.232$ ) e com a ideação suicida ( $r=.200$ ). Os resultados mostram-nos que quanto maior a violência física à mãe, maior são os níveis de vergonha interna e de ideação suicida. No entanto, não conseguimos provar a existência de uma relação entre a violência física contra a mãe com a culpa ( $r=.085$ ) e com a vergonha externa ( $r=.105$ ).

A violência física contra o pai correlaciona-se significativamente e positivamente com a culpa ( $r=.148$ ), com a vergonha interna ( $r=.120$ ) e com a ideação suicida ( $r=.189$ ). Estes resultados permitem-nos concluir que quanto maior for a violência física ao pai, maior são os níveis de culpa, de vergonha interna e de ideação suicida. Porém, não conseguimos provar a existência de uma relação entre a violência física contra o pai, com a vergonha externa ( $r=.049$ ).

Relativamente à **hipótese 3**: “Existem diferenças significativas ao nível da violência filio-parental contra a mãe e contra o pai, em função dos níveis de vergonha interna”. O principal objetivo centra-se em perceber se os jovens que apresentam níveis de vergonha interna apresentam diferenças ao nível da violência física e/ou psicológica, contra ambos os progenitores. Optou-se assim, pela realização do teste t-student, sendo que sempre que não se verificou o pressuposto da homogeneidade de variâncias realizaram-se os testes t-student com correção de Welch.

**Tabela 10:** Teste T para a Vergonha Interna

Variável Dependente	Baixa	Alta	t	p
	Vergonha Interna (Médias)	Vergonha Interna (Médias)		
Violência Psicológica (Mãe)	2.27	2.44	-1.98*	.049
Violência Física (Mãe)	1.03	1.10	-2.46*	.014
Violência Psicológica (Pai)	1.96	1,15	-2.28*	.024
Violência Física (Pai)	1.03	1.12	-2.21*	.029

Nota: \*p<.05; \*\*p<.01

Como podemos observar através da tabela 10, existem diferenças estatisticamente significativas entre os baixos e os altos níveis de vergonha interna, na violência psicológica contra a mãe ( $t_{(276)}=-1.98$ ), na violência física contra a mãe ( $t_{(226)}=-2.46$ ), na violência psicológica contra o pai ( $t_{(273)}=-2.28$ ) e na violência física contra o pai ( $t_{(215)}=-2.21$ ). As médias permitem-nos constatar que os adolescentes com altos níveis de vergonha interna, exercem uma maior violência psicológica e física contra a mãe e contra o pai, do que os adolescentes com baixos níveis de vergonha interna.

Em relação à **hipótese 4:** "Existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da violência filio-parental, em função dos níveis de vergonha externa". O intuito desta hipótese centra-se em perceber se os jovens que apresentam níveis de vergonha externa revelam diferenças ao nível da violência física e/ou psicológica, contra ambos os progenitores. Optou-se assim, pela realização do teste t-student.

**Tabela 11:** Teste T para Vergonha Externa

Variável Dependente	Baixa	Alta	t	p
	Vergonha Externa (Médias)	Vergonha Externa (Médias)		
Violência Psicológica (Mãe)	2.26	2.74	-3.85**	<.001
Violência Física (Mãe)	2.35	2.49	-2.83**	.006
Violência Psicológica (Pai)	1.98	2.37	-3.03**	.003
Violência Física (Pai)	1.06	1.15	-1.38	.173

Nota: \*p<.05; \*\*p<.01

Através da tabela 11, concluímos que existem diferenças estatisticamente significativas entre os baixos e os altos níveis de vergonha externa, na violência psicológica contra a mãe ( $t_{(78)}=-3.85$ ), na violência física contra a mãe ( $t_{(89)}=-2.83$ ) e na violência psicológica contra o pai ( $t_{(75)}=-3.03$ ). As médias permitem-nos concluir que os adolescentes com altos níveis de vergonha externa, exercem uma maior violência psicológica e física contra a mãe e uma maior violência psicológica contra o pai, do que os adolescentes com baixos níveis de vergonha externa. No entanto, não existem diferenças estatisticamente significativas entre os altos e baixos níveis de vergonha externa, na violência física contra o pai ( $t_{(68)}=-1.38$ ).

No que se refere à **hipótese 5**: “Existem diferenças estatisticamente significativas ao nível da violência filio-parental, em função dos níveis de culpa”. O principal objetivo desta hipótese consiste em perceber se os jovens que apresentam níveis de vergonha externa apresentam diferenças ao nível da violência física e/ou psicológica, contra ambos os progenitores. Optou-se assim, pela realização do teste t-student.

**Tabela 12:** Teste T para a Culpa

Variável Dependente	Baixa Culpa (Médias)	Alta Culpa (Médias)	t	p
Violência Psicológica (Mãe)	2.21	2.51	-3.39**	.001
Violência Física (Mãe)	1.04	1.10	-2.23*	.027
Violência Psicológica (Pai)	1.96	2.16	-2.26*	.025
Violência Física (Pai)	1.05	1.11	-1.47	.142

Nota: \* $p < .05$ ; \*\* $p < .01$

A partir da tabela 12, observamos que existem diferenças estatisticamente significativas entre os baixos e os altos níveis de culpa, na violência psicológica contra a mãe ( $t_{(261)}=-3.39$ ), na violência física contra a mãe ( $t_{(217)}=-2.23$ ) e na violência psicológica contra o pai ( $t_{(270)}=-2.26$ ). As médias permitem-nos concluir que os adolescentes com altos níveis de culpa, exercem uma maior violência psicológica contra a mãe e contra o pai, assim como uma maior violência física contra a mãe, comparativamente com os adolescentes com baixos níveis de culpa. Não se verificam

diferenças estatisticamente significativas entre os baixos e os altos níveis de culpam na violência física contra o pai ( $t_{(223)}=-1.47$ ).

## **2. Análise Descritiva**

### **2.1 Análise Descritiva das Variáveis Idade e Género dos Participantes**

Como o grupo etário dos participantes do nosso estudo é muito alargado (dos 12 aos 18 anos) e nos interessa analisar se existem diferenças na violência filiofamiliar relativamente à idade, optámos por dividir os adolescentes em três grupos etários: dos 12 aos 14 anos ( $N = 97$ ; 34%), dos 15 aos 16 anos ( $N = 152$ ; 53,3%) e dos 17 aos 18 anos ( $N = 36$ ; 12,6%). Assim, no sentido de verificar se existem diferenças significativas ao nível da violência filiofamiliar (física e psicológica) contra ambos os progenitores, em função da idade dos agressores, procedeu-se a uma análise de variância ANOVA One-Way, uma vez que se verificaram os pressupostos de normalidade e de homogeneidade de variâncias. As diversas análises mostraram que não existem diferenças estatisticamente significativas em qualquer das dimensões analisadas, ou seja, o facto de os adolescentes serem mais novos ou mais velhos, não introduz qualquer diferença na violência filiofamiliar.

Os resultados obtidos não vão assim ao encontro da literatura existente, na medida em que, enquanto alguns autores (e.g. Ulman e Straus, 2003) defendem que a violência filiofamiliar tende a diminuir quanto maior for a idade do filho, em contrapartida, outros (e.g. Agnew & Huguley, 1989; Charles, 1986; Kennair & Mellor, 2007; Paulson, Coombs & Landsverk, 1990; Aroca-Montolío et al., 2014) defendem que quanto mais velho e mais força tiver o filho, maior a violência que este exerce contra os seus progenitores.

Com o intuito de analisarmos de que forma a violência filiofamiliar (física e psicológica) contra ambos os progenitores, varia em função do género dos participantes, procedeu-se à realização do teste t-Student. Os resultados demonstram que não existem diferenças estatisticamente significativas em nenhuma das dimensões avaliadas, entre os rapazes e as raparigas. Assim, nossos resultados vão ao encontro de alguns autores, (e.g. Bobic, 2004; Calvete et al., 2014; Cottrell, 2001; Estévez & Góngora, 2009), na medida em que, nos seus estudos, não foram encontradas discrepâncias significativas entre o género dos agressores na violência filiofamiliar, a não ser no que respeita ao tipo de atos perpetrados. Enquanto as raparigas tendem a concretizar mais o abuso psicológico e emocional, os rapazes são mais propensos a agredirem fisicamente os seus progenitores

## DISCUSSÃO

A presente investigação foi realizada com o objetivo de analisar em que medida é que a violência filio-parental se relaciona com o aparecimento de sentimentos de vergonha interna e externa, de culpa e de ideação suicida na adolescência.

Não obstante, apesar da temática central do estudo corresponder a uma realidade atual e frequente, a literatura continua a ser escassa. Assim, a presente investigação torna-se pertinente, na medida em que, a tónica é colocada em variáveis individuais que tanto quanto sabemos ainda não foram relacionadas com a violência filio-parental, como é o caso dos sentimentos de vergonha e culpa. A relação entre a violência filio-parental e a ideação suicida, também é ainda muito pouco abordada e desenvolvida na comunidade científica, apesar de já existirem algumas investigações a dedicarem-se ao seu estudo, nomeadamente o de Gouveia-Pereira e Vilela (2016).

Numa linha geral de análise, os resultados desta investigação demonstram como a violência filio-parental se relaciona com a vergonha e com a culpa, na medida em que, quanto maior for a violência filio-parental (física e psicológica) maior vão ser os níveis de vergonha e culpa. Os jovens que apresentam comportamentos agressivos contra os seus progenitores revelam também maior ideação suicida. Verifica-se ainda que a existência de conflitos interparentais se relaciona com a violência filio-parental.

### **Conflitos Interparentais e Violência Filio-parental**

Na nossa primeira hipótese foi procurado analisar a relação entre os conflitos interparentais e os níveis de violência física e psicológica, contra a mãe e contra o pai, tendo em conta as dimensões do conflito interparental, sendo elas: propriedades do conflito, ameaça e culpa referente aos conflitos entre os progenitores. Deste modo, os resultados permitem-nos confirmar parcialmente a nossa hipótese.

Assim, concluímos que a dimensão Propriedades do Conflito se relaciona com a violência psicológica contra a mãe, com a violência psicológica contra o pai e com a violência física contra o pai. Quanto maior a perceção por parte dos adolescentes relativamente às propriedades dos conflitos entre os pais, maior a violência psicológica contra a mãe e contra o pai e maior a violência física contra o pai. No entanto, não encontramos uma correlação significativa entre as propriedades do conflito e a violência física contra a mãe. Os nossos dados mostram que a dimensão das propriedades do

conflito está sobretudo relacionada com as dimensões da violência filio-parental psicológica contra ambos os progenitores, seguida da violência física contra o pai.

Deste modo, é provável que a forma destrutiva com que os progenitores discutem, isto é, a intensidade dos conflitos, a frequência com que estes ocorrem, a forma de os resolver, etc. cause influência na agressividade dos adolescentes face aos seus pais. Assim, a possível observação e aprendizagem por parte dos jovens no que respeita à forma como os conflitos ocorrem em casa, apresenta repercussões no modo como os mesmos compreendem e lidam com o conflito. A capacidade de resolução de problemas por parte dos adolescentes perante situações de crise fica assim comprometida, influenciando o aumento dos níveis de agressividade, que é direcionada para os pais. Contudo, concluímos que o progenitor do sexo masculino é quem sofre mais agressões, logo é possível que os jovens sejam violentos com o pai, como forma de defender a mãe. Currie (1998); Dobash, Dobash, Wilson e Daly (1992) e Naz-roo (1995) afirmam que a violência defensiva pode ocorrer quando os jovens são violentos com o progenitor do sexo masculino, como forma de defender a mãe face aos ataques do pai. Deste modo, parece que a relação com a figura materna é mais próxima e possivelmente mais importante para os jovens, levando-os a assumir uma postura mais defensiva em relação à mãe, impedindo-os assim de se tornarem fisicamente agressivos com a mesma.

A dimensão Ameaça dos Conflitos Interparentais correlaciona-se apenas com a violência psicológica à mãe, sendo que o mesmo não acontece com as outras dimensões da violência filio-parental.

Do mesmo modo, a dimensão Culpa dos Conflitos Interparentais, também se relaciona apenas com a violência psicológica contra a mãe, não se verificando essa relação com mais nenhuma das dimensões da violência filio-parental contra os progenitores. Estes últimos dados permitem-nos concluir que face a períodos em que os adolescentes se sentem ameaçados e culpados perante os conflitos entre os progenitores, a forma que estes encontram para expressar esses sentimentos manifesta-se através de agressividade, especificamente contra a mãe. A mãe pode ser a mais afetada, na medida em que, como já foi referido anteriormente, pode haver uma relação de maior proximidade e afeto com esta. Assim sendo, os jovens podem esperar da parte da mãe um papel mais cuidador e de proteção, o que não acontece perante períodos de conflitos conjugais. Deste modo, a agressividade psicológica contra a mãe pode resultar numa

forma de os adolescentes demonstrarem o seu sofrimento e ainda de se tentarem destacar e impor perante o clima conflituoso que os rodeia.

Por outro lado, os adolescentes podem ser psicologicamente agressivos com a mãe, através de uma aprendizagem dos comportamentos agressivos do pai. Segundo Ulman e Straus (2003) a exposição dos filhos à violência marital e conjugal dos seus próprios pais também foi identificada com um fator decisivo para o futuro comportamento violento dos filhos face às mães. A teoria da aprendizagem social pode funcionar como uma explicação para aquelas mulheres que são vítimas mais frequentes da violência por parte dos seus filhos, o que também muito se deve à mentalidade e crenças da sociedade sobre a aceitação da falta de respeito, depreciações e comportamentos abusivos em relação às mulheres e mães (Gelles & Straus, 1988; Ibabe & Jaureguizar, 2011; Ibabe et al., 2013).

Os resultados no seu geral demonstram assim como os conflitos interparentais se podem relacionar com a violência filio-parental, sendo que, o estudo de Patterson (2002) atribuiu uma explicação para o aumento dos níveis de violência filio-parental em função da exposição aos conflitos interparentais, à luz da teoria da aprendizagem social. Os jovens que testemunham frequentemente conflitos nas suas próprias casas, entre os seus pais, interiorizam que a única forma de resolver os problemas, é mediante a conflitualidade e a agressividade (Barkin, Kreiter & Durant, 2001; Laurent & Derry, 1999; Mitchell & Finkelhor, 2001 cit. por Ibabe & Jaureguizar, 2011).

Também Ibabe e Jaureguizar (2011) refutam através do seu estudo que a observação de conflitos interparentais de forma intensa e frequente tem sido identificada como a dimensão-chave do sistema familiar que contribuí para o desenvolvimento da agressividade e da conduta anti-social nos jovens, devido a uma aprendizagem dos comportamentos observados em casa. A aprendizagem exerce um papel importante na aquisição de comportamentos e atitudes violentas, na medida em que não se aprende só por aprendizagem vicariante, mas também por imitação dos comportamentos das figuras de apego e autoridade e através das instruções que estas dão dentro da dinâmica familiar. Ao falar-se em imitação, entende-se a aprendizagem da conduta violenta como consequência da observação de comportamentos violentos dos pais ou de outros agentes de socialização que, sendo reforçados são aprendidos (Domènech & Íñiguez, 2002). Por outras palavras, quanto maiores forem os níveis de conflitos e violência testemunhados

pelos jovens em casa, maior a probabilidade destes mesmos jovens virem a adotar esses mesmos comportamentos (Widom, 1989).

### **Violência Filioparental, Vergonha Interna, Vergonha Externa, Culpa e Ideação Suicida**

Por fim, através das últimas hipóteses do nosso estudo, procurámos explorar a relação entre a violência filioparental (física e psicológica) a vergonha interna, a vergonha externa, a culpa (sentimentos de culpa experienciados no quotidiano dos sujeitos acerca das suas condutas) e a ideação suicida. Assim como, analisar a relação entre os níveis (altos e baixos) de vergonha interna, de vergonha externa e de culpa e a violência filioparental (física e psicológica), de modo a colmatar a falha que existe na literatura acerca desta temática. A falha identificada deve-se ao facto de os estudos publicados até então não relacionarem as cinco variáveis analisadas, estudando apenas a relação entre duas destas variáveis, por exemplo, a violência filioparental e a ideação suicida.

Deste modo, ao analisarmos as nossas últimas hipóteses e as confirmarmos parcialmente, concluímos que a violência psicológica contra a mãe e contra o pai se encontra correlacionada com a vergonha interna e externa, com a culpa e com a ideação suicida. A violência física contra a mãe correlaciona-se com a vergonha interna e com a ideação suicida. Por último, a violência física contra o pai correlaciona-se com a culpa, com a vergonha interna e com a ideação suicida. Os resultados indicam que quanto maior a violência psicológica contra ambos os progenitores, maior a vergonha interna e externa, maior a culpa e consequentemente maior a ideação suicida. Porém, não conseguimos demonstrar uma relação entre a violência física contra a mãe e a culpa e a vergonha externa e entre a violência física contra o pai e a vergonha externa.

Por sua vez, concluímos também que todas as dimensões da violência filioparental se correlacionam com a variável ideação suicida, demonstrando que os jovens que apresentam maiores níveis de violência filioparental (física e psicológica) contra ambos os progenitores e maiores níveis de vergonha interna, vergonha externa e culpa revelam maior ideação suicida.

Os principais resultados obtidos vão assim ao encontro de investigações realizadas por Bryan, Morrow, Etienne & Ray-Sannerud (2012), na medida em que, os autores referidos defendem que a vergonha e a culpa, se associam a perturbações afetivas, como a depressão e a ideação suicida. Breed (1972) postula que a emoção de vergonha tem sido fortemente associada a tentativas de suicídio devido ao seu carácter

desadaptativo, uma vez que o suicídio pode resultar de uma consequência ou uma estratégia de evitamento ou atenuação da vergonha. Outros autores afirmam que quando a culpa é experienciada de forma excessiva e inapropriada, pode afetar o bem-estar psicológico do ser humano, sendo por isso que muitas pessoas acreditam que a presença da culpa é algo que influencia negativamente as suas vidas, acarretando um maior sofrimento (Boss, 1972/1988, cit. in Aquino et al., 2010).

Por sua vez, segundo alguns autores, a adoção de comportamentos agressivos em relação aos pais, motiva o isolamento social, sentimentos de inutilidade e inferioridade (Ibabe, Arnoso, & Elgorriaga, 2014). Desta forma, também Kennedy, Edmonds, Dann e Burnett (2010) identificam a sintomatologia depressiva, os sentimentos de infelicidade, a ideação suicida e as tentativas de suicídio como características frequentemente presentes no perfil dos jovens agressores. Urra (2016) corrobora esta ideia, afirmando que muitos dos jovens infratores possuem baixa auto-estima e depressão que aflora num estado de ânimo irritável, afetando o seu comportamento perturbador.

Por outro lado, Ferreira e Castela (1999), Werlang et al. (2005) e Gonçalves et al. (2011), defendem que existem fatores de risco que contribuem para o aparecimento de comportamentos suicidários, como a violência no seio familiar, a ausência de suporte e apoio familiar, padrões de vinculação inseguros, instabilidade familiar, entre outros. Neste sentido, Gouveia-Pereira e Vilela (2016) evidenciam no seu estudo, que o comportamento agressivo dos adolescentes pode demonstrar a ausência e escassez de afetos entre pais e filhos, sendo que o comportamento violento filio-parental pode originar culpabilidade nos filhos, e por sua vez ideação suicida. Assim, é possível que os adolescentes ao estarem inseridos num ambiente familiar disfuncional e ao tornarem-se agressivos com os seus pais, experienciem emoções negativas como a vergonha e a culpa, levando ao aparecimento da ideação suicida.

No entanto, tal como referido anteriormente, não conseguimos demonstrar uma relação entre a violência física contra a mãe e a culpa e a vergonha externa e entre a violência física contra o pai e a vergonha externa. Estes resultados vão ao encontro do que afirma Moreira et al. (2010) na medida em que, através do seu estudo conseguiram demonstrar que, estando os recursos internos deste tipo de sujeitos mais centrados sobre eles próprios, após um comportamento violento, é possível que não haja disponibilidade por parte dos mesmos para atender às consequências que os seus comportamentos tiveram no outro (vítima). Assim, a ausência de sentimentos de culpa relativamente à violência física contra a mãe pode ser explicada. Por sua vez, como a literatura indica, a

culpa e a vergonha, fazem-se acompanhar, no sentido em que, os indivíduos que apresentam uma disposição para sentir culpa são também, geralmente, propensos a sentir vergonha ou o contrário. Logo, se os adolescentes não sentem culpa relativamente às suas condutas, também é possível que não estejam centrados na percepção que os outros têm em relação ao seu comportamento, explicando assim a ausência de vergonha externa relativamente a ambos os progenitores, no que se refere à violência física. Desta forma, é possível que seja mais relevante para estes jovens a percepção que estes têm acerca de si próprios, após o comportamento violento. Daí o facto da vergonha interna correlacionar-se com todas as dimensões da violência filio-parental.

Contudo, é possível constatar que a ausência de sentimentos de culpa e de vergonha externa relaciona-se especificamente com a violência física, sendo criada uma hipótese explicativa para este resultado. A hipótese indica que como a violência física corresponde a um tipo de agressividade que é mais visível, pois deixa marcas e é vez mais grave, sendo assim mais ameaçadora para os sujeitos, é possível que haja uma ativação de mecanismos de defesa que funcionem como uma forma de evitamento por parte dos mesmos para lidar com as consequências que a violência física acarreta. Assim sendo, é provável que estes acabem por não integrar tanto no seu self questões que sejam mais ameaçadoras para si, recalçando-as.

Concluimos também no nosso estudo que existem evidências estatisticamente significativas entre os baixos e os altos níveis de vergonha interna, na violência psicológica e física contra a mãe e contra o pai. Indicando que os adolescentes com altos níveis de vergonha interna, exercem uma maior violência psicológica e física contra a mãe e contra o pai, do que os adolescentes com baixos níveis de vergonha interna.

Foram também encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os baixos e os altos níveis de vergonha externa, na violência física e psicológica contra a mãe e na violência psicológica contra o pai. Estes resultados permitem-nos concluir que os adolescentes com níveis elevados de vergonha externa, exercem uma maior violência psicológica contra a mãe e contra o pai, assim como uma maior violência física contra a mãe, do que os adolescentes com baixos níveis de vergonha externa. Contudo, estas diferenças não ocorrem entre os altos e baixos níveis de vergonha externa na violência física contra o pai.

De igual modo, foram também encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os baixos e altos níveis de culpa na violência física e psicológica

contra a mãe e na violência psicológica contra o pai, não se verificando estas diferenças na violência física contra o pai. Estes resultados permitem-nos concluir que os adolescentes com altos níveis de culpa exercem uma maior violência psicológica contra a mãe e contra o pai, assim como uma maior violência física contra a mãe, comparativamente com os adolescentes com baixos níveis de culpa.

Os resultados apresentados vão ao encontro de investigações realizadas por Moreira, Maia, Costa, González e Santos (2010) que afirmam que os comportamentos agressivos encontram-se frequentemente associados a emoções como a vergonha e a culpa. Existem assim, modelos teóricos que mostram que a forma que o sujeito encontra para lidar com a vergonha que sente após um comportamento visto como inadequado, neste caso, a agressividade manifestada, pode refletir-se na procura de conflitos e agressões a terceiros. Estes comportamentos têm a função de compensar e suavizar, de certa forma, os sentimentos negativos decorrentes da experiência de vergonha, que o leva a assumir uma postura defensiva, de forma a manter a sua imagem (Gold, Sullivan, & Lewis, 2011; Kivisto, Kivisto, Moore, & Rhatigan, 2011).

Autores como Redl e Wineman (1951) defendem a ideia de que esta postura defensiva origina, para o jovem, uma ativação de sentimentos de ódio e raiva em relação aos outros, provocando e alimentando um sentimento de culpabilidade muito violento. Contudo, invés do sentimento de culpa motivar uma ação de reparação, leva por sua vez, a um comportamento de evitamento, de modo a que individuo consiga escapar da vingança por parte do outro, a quem foi infligido dano, atribuindo-lhe a responsabilidade pelo mal causado (Fabricius, 2007). Neste seguimento, foi levantada uma hipótese explicativa para os resultados obtidos. Concluiu-se assim que é possível que alguns sujeitos apresentem uma tendência para responder a sentimentos de vergonha e culpa, de modo menos adaptado, podendo mesmo assumir formas de agressividade. Assim, é gerada uma incapacidade por parte dos adolescentes para criar laços afetivos, levando-os a percecionar o meio que os rodeia, como sendo um ambiente hostil, sentindo-se constantemente ameaçados. Para além disto, o comportamento destrutivo e antissocial dos jovens, faz com que estes sintam ainda mais a rejeição por parte das instâncias socializadoras e respetivos círculos. Assim sendo, é possível que exista a instalação de um ciclo de violência, na medida em que, o comportamento violento dos adolescentes leva ao aparecimento de emoções como a culpa e a vergonha, que originam maior agressividade e procura de conflitos, fomentando por sua vez maior violência filio-parental. Estes resultados permitem-nos assim explicar o aumento dos

altos níveis de vergonha interna, de vergonha externa e de culpa, em relação à violência física e psicológica contra a mãe e em relação à violência psicológica contra o pai.

Contudo, não conseguimos provar a existência de diferenças entre os baixos e os altos níveis de culpa e de vergonha externa, na violência física contra o pai. Estes dados podem ser explicados através do que foi referido anteriormente. Assim, sendo a violência física mais ameaçadora para os adolescentes, principalmente no que respeita ao pai, porque corresponde por norma a uma figura de maior autoridade, é possível que os mesmos evitem lidar com as consequências que a sua agressividade física acarreta, sejam os níveis de vergonha externa e culpa, altos ou baixos.

### **Considerações Finais, Limitações e Propostas para Estudos Futuros**

O tema abordado nesta investigação, apesar de corresponder a um tema atual e frequente, demonstra-se ainda pouco estudado pela literatura nacional e internacional. Desta forma, o objetivo deste estudo centrou-se em perceber a relação entre a violência filio-parental, a vergonha interna e externa, a culpa e a ideação suicida, permitindo alargar e aprofundar a temática abordada e compreender a relação entre todas estas variáveis.

Os resultados obtidos nesta investigação evidenciam uma relação entre a maioria das dimensões da violência filio-parental, com a vergonha, com a culpa e com a ideação suicida. Assim, torna-se possível afirmar que de facto os adolescentes que se demonstram agressivos com os seus progenitores podem manifestar níveis de vergonha e culpa face às suas condutas. Contudo, estes resultados não vão ao encontro do que é referido na literatura, uma vez que é frequente encontrarmos em alguns estudos referências que nos dizem que os jovens agressores revelam ausência de sentimentos de culpa e de vergonha. Desta forma, o nosso estudo demonstra-se relevante porque vem trazer novos contributos teóricos acerca desta temática.

Porém constatámos também que a presença deste tipo de emoções, não é suficiente para fomentar uma diminuição de novos comportamentos violentos, pois no nosso estudo a existência de sentimentos de vergonha e culpa, leva a um aumento dos níveis de agressividade, que por sua vez motiva a violência filio-parental, instaurando-se assim um ciclo de violência. No entanto, parece-nos que apesar dos adolescentes manterem o comportamento agressivo, existe sofrimento relativamente às suas condutas, daí os níveis de ideação suicida.

Esta investigação corresponde assim a uma mais-valia neste campo de investigação, podendo vir a ser replicada noutros estudos, uma vez que nos permite compreender de uma forma mais aprofundada as consequências que a violência filio-parental acarreta nos agressores, como é o caso do aparecimento de variáveis como a culpa, a vergonha e a ideação suicida, que têm sido pouco estudadas e relacionadas com a temática central do estudo.

Porém, importa também salientar as principais limitações desta investigação. É de apontar o facto dos instrumentos aplicados serem medidas de auto-relato e, apesar de as respostas serem anónimas e os dados confidenciais, poderá ter existido uma certa desejabilidade social nas respostas dadas. Assim como, as questões delicadas acerca das interações familiares e dos próprios comportamentos dos jovens podem ter influenciado as suas respostas. O facto de os questionários terem sido preenchidos junto dos colegas de turma, em contexto de sala de aula, pode ter diminuindo a fidedignidade dos resultados. Por outro lado, as condições e o ambiente em que os questionários foram aplicados, são também de destacar. Por último, constatou-se durante a realização do estudo, que não existe literatura que relacione em conjunto a violência filio-parental com a culpa, com a vergonha e com a ideação suicida, dificultando a recolha de informação e uma melhor compreensão do tema.

Por fim, como propostas para futuros estudos será pertinente desenvolver investigações que relacionem a violência filio-parental com a culpa, com a vergonha e com a ideação suicida de forma aprofundada, pois a nível nacional e internacional não existe nenhum estudo que relacione estas variáveis em conjunto. Consideramos ainda pertinente estudar a relação de vinculação dos adolescentes aos pais, de forma a compreendermos como é que os comportamentos violentos variam em função do género dos progenitores. Por último, é de realçar a importância de realizar um estudo que tenha em conta a percepção dos filhos e dos progenitores sobre a violência filio-parental e estabelecer comparações, de forma a obtermos um conhecimento mais amplo e próximo da realidade acerca desta temática, tendo em conta as várias percepções dos membros do sistema familiar.

## REFERÊNCIAS

- Agnew, R. & Huguley, S. (1989). Adolescent violence towards parents. *Journal of Marriage and Family*, 51, 699-711.
- Alarcão, M. (2008). (Des) equilíbrios familiares: uma visão sistémica. (3ª Ed.) Psicologia Clínica e Psiquiatria. Coimbra, Portugal.
- Alba, J.L. y Aroca, C. (2012). La violencia filio-parental en hijos adolescentes con rasgos de psicopatía. *Criminología y Justicia*, 3, 25-44.
- Amaro, F. (2006). *Introdução à sociologia da família*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Amato, P. R. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of marriage and family*, 62(4), 1269-1287.
- Araújo, L. C., Vieira, K. F. L., Coutinho, M. P. L. (2010) Ideação Suicida na Adolescência : Um Enfoque Psicossociológico no Contexto do Ensino Médio. *Psico-USF*, 15, 47-57.
- Archer, J. (2004). Sex differences in aggression in real-world settings: a meta-analytic review. *Review of General Psychology*, 8, 291-322.
- Aroca – Montolío, C., Leonhardt, P. & Robles, J. (2012). Características de las familias que sufren violencia filio-parental: un estudio de revisión. *Educatio Siglo XXI*, 30 (2), 231 254.
- Bahls, S. C. (2002). Aspectos clínicos da depressão em crianças e adolescentes. *Jornal de Pediatria*, 78(5), 359-66.
- Bandura, A. & Walters, R.H. (1959). *Adolescent Aggression: A Study of the Influence of Child Rearing Practices and Family interrelationships*. Nueva York: Ronald Press.
- Birtchnell, J. (1971). Motivation and emotional state of 91 cases of attempted suicide. *British Journal of Medical Psychology*, 44, 45-52.

- Bobic, N. (2002). Adolescent violence towards parents: Myths and Realities. Rosemount Youth & Family Service.
- Breed, W. (1972). Five components of a basic suicide syndrome. *Life-Threatening Behavior*, 2, 3-18.
- Brezina, T. (1999). Teenage violence toward parents as an adaptation to family strain: Evidence from a national survey of male adolescents. *Youth & Society*, 30, 416-444.
- Bryan, C., Morrow, C., Etienne, N., & Ray-Sannerud, B. (2012). Guilt, Shame, and Suicidal Ideation in a military outpatient clinical sample. *Depression and Anxiety*, 30, 55-60.
- Bryan, C., Ray-Sannerud, B., Morrow, C., & Etienne, N. (2013a). Guilt is strongly associated with suicidal ideation among military personnel with direct combat exposure. *Journal of Affective Disorders*, 148, 37-41.
- Boas, A. C. V. B. V., Dessen, M. A., & Melchiori, L. E. (2010). Conflitos conjugais e seus efeitos sobre o comportamento de crianças: uma revisão teórica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 62(2), 91-102.
- Calvete, E., Gámez-Guadix, M., Orue, I., González-Diez, Z., Lopez de Arroyabe, E., Sampedro, R., *et al.* (2013). Brief report: The Adolescent Child-to-Parent Aggression Questionnaire: An examination of aggression against parents in Spanish adolescents. *Journal of Adolescence*, 36, 1077-1081.
- Calvete, E., Orue, I. y Sampedro, R. (2011). Violencia filio-parental en la adolescencia: Características ambientales y personales. *Infancia y Aprendizaje*, 34 (3), 349-363.
- Campbell, J. S., & Ellison, J. (2005). Shame Coping Styles and Psychopathic Personality Traits. *Journal of Personality Assessment*, 84(1), 96-104.
- Coogan, D. (2011). Child-to-parent violence: challenging perspectives on family violence. *Child Care in Practice*, 17 (4), 347-358.
- Cottrell, B. (2001). *Parent abuse: The abuse of parents by their teenage children*. [http://www.canadiancre.com/parent\\_abuse.htm](http://www.canadiancre.com/parent_abuse.htm).

- Cummings, E. M., & Davies, P. (2002). Effects of marital conflict on children: Recent advances and emerging themes in process-oriented research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 43, 31-63.
- Cottrell, B. & Monk, P. (2004). Adolescent-to-parent abuse: A qualitative overview of common themes. *Journal of Family Issues*, 25, 1072-1095.
- Da Cruz Benetti, S. P. (2006). Conflito conjugal: impacto no desenvolvimento psicológico da criança e do adolescente. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(2), 261-268.
- Da Silva, Anielson Barbosa, and Carlos Ricardo Rossetto. "Os Conflitos entre a Prática Gerencial e as Relações em Família: uma Abordagem Complexa e Multidimensional/Conflicts between Management Practice and Family Relations: a Complex and Multidimensional Approach." *Revista de administração contemporânea* 14.1 (2010): 40.
- Delanez, G.O. (2012). *A Violência Intrafamiliar e as suas consequências no desenvolvimento da criança*. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade de Direito da Pontifícia - Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica—O processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 139-156.
- Eckstein, N. J. (2004). Emergent issues in families experiencing adolescent-to-parent abuse.
- Elison, J., Pulos, S., & Lennon, R. (2006). Investigating the compass of shame: the development of the compass of shame scale. *Social Behavior and Personality*, 34(3), 221-238. doi: 10.2224/sbp.2006.34.3.221.
- Emler, N. & Reicher, S. (1995). *Adolescence and Delinquency*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Etxebarria, I., Apodaca, P., Fuentes, M. J., ópez, F. and Ortiz, M. J. (2009). La crianza y la educación de los hijos en la sociedad actual¿Lo estamos haciendo bien? *Revista de Psicología Social*, 24, 81-96.

- Evans, E. & Warren-Sohlberg, L. (1988). A pattern of analysis of adolescent abusive behaviour toward parents. *Journal of Adolescence Research*, 3, 201-216
- Faco, V. M. G., & Melchiori, L. E. (2009). Conceito de família: adolescentes de zonas rural e urbana. *Aprendizagem e desenvolvimento humano avaliações e intervenções*, 121-154.
- Farias, C. C. D. (2004). *Direito constitucional à família. Temas Atuais de Direito e Processo de Família*.
- Garrido, V. (2007). *Antes que sea tarde. Cómo prevenir la tiranía en los hijos*. Barcelona: Nabla Ediciones.
- Gilbert, P., & Procter, S. (2006). Compassion mind training for people with high shame and self-criticism: overview and pilot study of a group therapy approach. *Clinical Psychology and Psychotherapy*, 13, 353-379. doi: 10.1002/cpp.507.
- González, M., Morán, N., Gesteira, C., & García, M. (2011). Caracterización de los menores agreden a sus padres. *Revista de Psicopatología Clínica, Legal y Forense*, 11, 7-27.
- Gouveia-Pereira, M., Abreu, M. & Martins, S. (2014). How do families of adolescents with suicidal ideation behave? *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27 (1), 171-178.
- Gouveia-Pereira, M. & Vilela, A. (2016). *A Violência Filioparental e a sua relação com o Funcionamento Familiar e a Ideação Suicida em Adolescentes*. (Submetido).
- Graham-que Bermann, S. A., & Levendosky, A. A. (1998). Traumatic stress symptoms in children of battered women. *Journal of interpersonal violence*, 13(1), 111-128.
- Harris, E., & Barraclough, B. (1997). Suicide as an outcome for mental disorders: a meta-analysis. *The British Journal of Psychiatry*, 170, 205-228.
- Heavy, C. L., Shenk, J. L., & Christensen, A. Marital conflict and divorce: A developmental family psychology perspective. In: Weiner, I. B.; L'abate, L. (Org.). *Handbook of developmental family psychology and psychopathology*. New York: Wiley, 1994, p. 221-242.

- Hendin, H., & Haas, A. P. (1991). Suicide and guilt as manifestations of PTSD in Vietnam combat veterans. *American Journal of Psychiatry*, 148, 586-591.
- Irons, C., & Gilbert, P. (2005). Evolved mechanisms in adolescent anxiety and depressive symptoms: the role of the attachment and social rank systems. *Journal of Adolescence*, 28, 325-341. doi: 10.1016/j.adolescence.2004.07.004
- Ivanoff, A. (1989). Identifying psychological correlates of suicidal behavior in jail and detention facilities. *Psychiatric Quarterly*, 60, 73-84.
- Kennedy, T.D., Edmonds, W. A., Dann, K. T. J., & Burnett K. F. (2010). The Clinical and Adaptive Features of Young Offenders with Histories of Child-Parent Violence. *Journal Family Violence*, 25, 509- 520.
- Kethineni, S. (2004). Youth-on-parent violence in a central Illinois county. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 2(4), 374-394.  
<http://dx.doi.org/10.1177/1541204004267785>.
- Kutcher S, Chechil S (2007). *Gestão do risco de suicídio: um manual para profissionais de saúde*. Portugal: Lundbeck Institute.
- Lewis, M. (2003). The role of the self in shame. *Social Research*, 70 (4), p.1181-1204.
- Lester, D. (1998). The association of shame and guilt with suicidality. *The Journal of Social Psychology*, 138, 535-536.
- Lester, D. (1997). The role of shame in suicide. *The American Association of Suicidology*, 27, 352-361.
- Marcelli, D. & Braconnier, A. (2005). *Adolescência e psicopatologia* (6ª ed). Lisboa: Climepsi Editores. (Tradução do original Francês *Adolescence et Psychopathologie*. Masson, Paris, 1983, 2004)
- Minuchin, P. Families and individual development: provocations from the field of family therapy. *Child Development*, v. 56, p.289-302, 1985.
- Moura, O., Santos, R. A., & Matos, P. M. (2006). The Children's Perception of Interparental Conflict Scale (CPIC): Análise Factorial Confirmatória com Adolescentes e Jovens Adultos. In *Poster apresentado na XI Conferência*

*Internacional de Avaliação Psicológica: Formas e Contextos. Braga, Portugal: Universidade do Minho.*

- Moreno, F. X. (2005). Una violencia emergente: los menores que agreden a sus padres. *Revista del Colegio Oficial de Psicólogos de Cataluña, 181*, 1-5.
- Neto, A. L., & Saavedra, L. H. (2003). Diga não para o Bullying: Programa de Redução do Comportamento Agressivo entre Estudantes. Rio de Janeiro: ABRAPIA.
- OMS (2002): Informe mundial sobre la violencia y la salud.
- Nardi, F. e Dell'Aglio, D. (2010). Delinquência juvenil: uma revisão teórica. *Ata Colombiana de Psicologia, 13*, 69-77.
- Özdemir, Y., Vazsonyi, A. T., & Çok, F. (2016). Parenting processes, self-esteem, and aggression: A mediation model. *European Journal of Developmental Psychology, 1-24*.
- Patterson, G.R. (1980). Mothers: The unacknowledged victims. *Monograph of the Society for Research in Child Development, 186*, (5), 1-47.
- Petzold, M. The psychological definition of “the family”. CUSINATO, M. (Org.), *Research Family: Resources and needs across the world. Milão: LED- Edizioni Universitarie*, p.25-44, 1996.
- Portugal, A., & Alberto, I. (2010). O Papel da Comunicação no Exercício da Parentalidade: Desafios e especificidades. *Psychologica, (52-II)*, p-387.
- Redondo, J., Pimentel, I., & Correia, A. (Coord.) (2012). *Manual SARAR – Sinalizar, Apoiar, Registrar, Avaliar, Referenciar: Uma Proposta de Manual para Profissionais de Saúde na área da violência familiar/ entre parceiros íntimos. Coimbra: Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra.*
- Reichenheim, M. E., Hasselmann, M. H., & Moraes, C. L. (1999). Conseqüências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. *Ciênc Saúde Coletiva, 4*(1), 109-21.
- Ross, S. (1996). Risk of physical abuse to children of spouse abusing parents. *Child Abuse & Neglect, 20*, 589-598.

- Rouff, G. & Anderson, L. (2011). Adolescent violence towards parents. *Journal of Aggression Maltreatment & Trauma*, 20 (1), 1-18. <http://dx.doi.org/10.1080/10926771.2011.537595>
- Rudd, M. D. (2006). Fluid vulnerability theory: a cognitive approach to understanding the process of acute and chronic suicide risk. In T., Ellis (Ed.), *Cognition and: theory, research, and therapy* (pp. 212-216). American Psychological Association, Washington, DC.
- Sampaio, D., (1991) *Ninguém Morre Sozinho*. Lisboa: Editorial Caminho
- Sampaio, D. & Gameiro, J. (2005). *Terapia Familiar*, 6. Porto: Afrontamento.
- Sheehan, M. (1997). Adolescent violence: Strategies, outcomes and dilemmas in working with young people and their families. *Australian and New Zealand Journal of Family Therapy*, 18(2), 80-91. <http://dx.doi.org/10.1002/j.1467-8438.1997.tb00274.x>.
- Stewart, M., Wilkes, L. M., Jackson, D., & Mannix, J. (2006). Child-to-mother violence: A pilot study. *Contemporary Nurse*, 21(2), 297-310. <http://dx.doi.org/10.5172/conu.2006.21.2.29>
- Suorninen, K., Isometsa, E., Suokas, J., Haukka, J., & Achte Lonqvist, J. (2004). Completed suicide after a suicide attempt: a 37 year follow-up study. *American Journal of Psychiatry*, 161, 562-563.
- Tangney, J. P., & Miller, R. S. (1996). Are shame, guilt, embarrassment distinct emotions? *Journal of Personality and Social Psychology*, 70, 1256-1269.
- Tangney, J. P. (2002). Self-conscious emotions: The self as a moral guide. In A. Tesser, D. A. Stapel, & J. V. Wood (Eds.), *Self and motivation: Emerging psychological perspectives* (97–117). Washington DC: American Psychological Association.
- Tangney, P., & Dearing, L. (2002). *Shame and Guilt*. New York: Guilford Press.
- Tangney, J., Wagner, P., Fletcher, C., & Gramzow, R. (1992). Shamed into anger: The relation of shame and guilt to anger and self-reported aggression. *Journal of Personal. Social Psychologie*, 62(4), 669-675.

Tercero, R.P., & Menna, L.B. (2009). Una Comprensión Ecológica de la Violencia Filio-Parental. *Revista Redes*, 21, 69-90.

Ulman, A. & Straus, M. (2003). Violence by children against mothers in relation to violence between parents and corporal punishment by parents. *Journal of Comparative Family Studies*, 34, 41-60.

Urra, J. (2016). O pequeno ditador cresceu: pais e filhos em conflito. 1.<sup>a</sup> ed.. Lisboa : A esfera dos livros.

Wiklander, M. (2012). Attempted suicide and shame. Stockholm: Karolinska Institutet.

# **ANEXOS**

## Anexo A: Autorização para Escolas



**ISPA**  
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO  
PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E SAÚDE

Lisboa, 14 de Janeiro de 2016

Ao Exmo. Sr Director do Agrupamento de Escolas

De: \_\_\_\_\_

Solicitamos a V/ Excelência autorização para que a aluna de Mestrado Integrado em Psicologia Clínica, Marta Dias, colaboradora no nosso projeto de investigação "Dinâmica Familiar e Variáveis Individuais na Adolescência", proceda à recolha de dados na escola do seu agrupamento. O preenchimento das escalas, por parte dos jovens, realizar-se-á em contexto de sala de aula.

O projeto em questão é de crucial importância para uma melhor compreensão das dinâmicas e variáveis em questão e da caracterização dos adolescentes portugueses.

Agradecemos desde já a v/disponibilidade.  
Com os melhores cumprimentos,

ISPA-Instituto Universitário  
Instituto de Psicologia e Saúde da ISPA, Lisboa  
  
www.ispa.pt • email: info@ispa.pt

Professora Doutora Maria Gouveia Pereira  
Psicóloga responsável pelo projeto  
E-mail: maria.pereira@ispa.pt

## Anexo B: Autorização para os Encarregados de Educação



Caros Encarregados de Educação,

No âmbito da Dissertação de Mestrado realizada no Instituto Superior de Psicologia Aplicada – Instituto Universitário (ISPA – IU), a aluna Marta Rocha de Oliveira Dias do 5º ano do Mestrado Integrado em Psicologia Clínica, orientada pela Profª. Dra. Maria Gouveia-Pereira vem por este meio convidar o seu educando a participar nesta mesma investigação, tendo como objetivo estudar a relação existente entre variáveis familiares e a emergência de variáveis individuais, como a vergonha e a culpa, na adolescência.

Esta investigação não acarreta quaisquer recompensas ou custos para quem nela participar, nem traz qualquer tipo de riscos físicos e psicológicos. A sua participação é voluntária, anónima e gratuita. A integridade e identidade dos participantes é preservada e o investigador obedecerá ao sigilo profissional, sendo os dados recolhidos utilizados exclusivamente para a presente investigação.

Pode autorizar a participação do seu educando nesta investigação através da assinatura de autorização que se segue.

.....

Eu, \_\_\_\_\_ Encarregado de Educação do(a) aluno(a) \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ turma \_\_\_\_\_, autorizo o meu educando a participar na investigação sobre relação existente entre variáveis familiares e a emergência de variáveis individuais, como a vergonha e a culpa, na adolescência, realizada por Marta Dias, aluna de 5º ano do Mestrado Integrado em Psicologia Clínica, no ISPA-IU. Declaro que fui informado sobre os objetivos e procedimentos a serem garantidos, assim como a confidencialidade e anonimato da presente investigação.

\_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do Encarregado de Educação

\_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do(a) investigador(a)

\*Nota: Preencher, cortar pelo picotado e entregar ao professor responsável.

## Anexo C: Questionário Preenchido pelos Adolescentes



Convido-te a participar neste estudo, através do preenchimento de um questionário que irás encontrar nas páginas seguintes de duração aproximada de 10-15 minutos. A tua participação é de elevada importância para que se possa conhecer de forma objetiva e abrangente a relação entre a existência de variáveis familiares e o aparecimento de variáveis individuais na adolescência.

Este é um instrumento que, como já mencionado anteriormente, tem como objetivo analisar o funcionamento familiar para uma tese de mestrado. Os dados obtidos são **completamente anónimos e confidenciais**.

A baixo irás encontrar algumas afirmações que têm a ver com as relações entre filhos e pais. De acordo com a relação que tens com a tua mãe e o teu pai, e pensando no último ano assinala com uma cruz (x), a resposta que melhor corresponde à tua experiência, de acordo com a seguinte escala:

**0 = Nunca** (isto nunca aconteceu na minha relação com a minha mãe ou pai); **1 = Raramente** (isto aconteceu apenas 1 ou 2 vezes); **2 = Algumas vezes** (isto aconteceu entre 3 a 5 vezes) e **3 = Frequentemente** (isto aconteceu entre 6 a 10 vezes) e **4= Muitas vezes** (isto aconteceu mais de 11 vezes).

	A tua mãe	O teu pai
Gritaste com a tua mãe/pai quando estavas zangado.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
Ameaçaste bater na tua mãe/pai, embora não o tenhas feito.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
Empurraste ou batestes na tua mãe/pai numa discussão.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
Batestes na tua mãe/pai com algo que a/o pudesse magoar.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
Deste uma bofetada ou batestes na tua mãe/pai.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
Deste pontapés ou murros à tua mãe/pai.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
Fizeste chantagem ou manipulaste a tua mãe/pai para conseguires o que querias.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
Insultaste ou ofendeste a tua mãe/pai.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
Tiraste dinheiro à tua mãe/pai sem a sua permissão.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
Fizeste algo que aborrecesse a tua mãe/pai.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4
Desobedeceste a um pedido da tua mãe/pai que fosse importante para ela/ele.	0 1 2 3 4	0 1 2 3 4

Se indicaste que **insultaste ou fizeste alguma coisa para aborrecer** a tua mãe ou pai numa das perguntas anteriores, apresenta, por favor, razões para o teres feito.

---

Se indicaste que **batestes** na tua mãe ou pai numa das perguntas anteriores, apresenta, por favor, razões para o teres feito.

---

Seguidamente irás encontrar algumas afirmações que se referem às relações familiares, especialmente às alturas em que os pais discutem. Se os teus pais estão separados, recorda o que sentiste nos tempos em que viviam juntos. Responde a cada afirmação assinalando, com uma cruz (x), a resposta que melhor exprime o modo como te sentiste ou te sentiste nessas situações.

	<b>1. Discordo Fortemente</b>	<b>2. Discordo</b>	<b>3. Não concordo nem discordo</b>	<b>4. Concordo</b>	<b>5. Concordo Fortemente</b>
Eu nunca vi os meus pais discutirem ou zangarem-se.					
Quando os meus pais têm uma discussão geralmente tentam resolvê-la.					
Os meus pais discutem frequentemente sobre as coisas que eu faço na escola.					
Os meus pais ficam realmente zangados quando discutem.					
Quando os meus pais discutem, eu sei que posso fazer algo para me sentir melhor.					
Eu fico assustado(a) quando os meus pais discutem					
Eu sinto que estou no centro das discussões dos meus pais.					
Eu não me sinto culpado (a) pelo facto de os meus pais discutirem.					
Provavelmente os meus pais não imaginam que eu sei que eles discutem muito.					
Mesmo quando terminam uma discussão, os meus pais continuam zangados.					
Os meus pais têm conflitos porque não são felizes juntos.					
Quando têm desentendimentos, os meus pais discutem calmamente.					
Eu não sei o que fazer quando os meus pais têm discussões.					
Os meus pais insultam-se, mesmo na minha presença.					

	<b>1. Discordo Fortemente</b>	<b>2. Discordo</b>	<b>3. Não concordo nem discordo</b>	<b>4. Concordo</b>	<b>5. Concordo Fortemente</b>
Quando os meus pais discutem, eu preocupo-me com o que me possa acontecer.					
Os meus pais geralmente discutem por minha causa.					
Eu vejo frequentemente os meus pais a discutir.					
Os meus pais geralmente chegam a um acordo quando discutem.					
As discussões dos meus pais são frequentemente por minha causa.					
As razões pelas quais os meus pais discutem são sempre as mesmas.					
Quando os meus pais têm uma discussão dizem coisas desagradáveis um ao outro.					
Quando os meus pais discutem eu sei que posso fazer algo para ajudar a melhorar a situação.					
Quando os meus pais discutem eu tenho medo que algo de mal aconteça.					
A minha mãe quer que eu esteja do seu lado quando ela e o meu pai discutem.					
Eu sinto-me culpado(a) por os meus pais discutirem, mesmo que eles não o digam.					
Os meus pais quase nunca discutem.					
Os meus pais discutem mas depois fazem as pazes.					
Os meus pais geralmente discutem por coisas que eu fiz.					
Os meus pais discutem porque realmente não gostam um do outro.					
Quando os meus pais têm uma discussão, gritam muito um com o outro.					
Quando os meus pais discutem não existe nada que eu possa fazer para os impedir.					
Quando os meus pais discutem fico preocupado(a) com a possibilidade de um deles ficar magoado.					

	<b>1. Discordo Fortemente</b>	<b>2. Discordo</b>	<b>3. Não concordo nem discordo</b>	<b>4. Concordo</b>	<b>5. Concordo Fortemente</b>
Eu sinto que tenho que tomar partido quando os meus pais discutem.					
Os meus pais fazem críticas e queixas um do outro.					
Os meus pais raramente falam alto quando estão a discutir.					
Os meus pais entram frequentemente em discussão quando eu faço algo de errado.					
Os meus pais atiram e partem objectos durante as discussões.					
Após os meus pais terminarem de discutir, geralmente são carinhosos um com o outro.					
Quando os meus pais discutem tenho receio que eles também possam gritar comigo.					
Os meus pais culpam-me pelas suas discussões.					
O meu pai quer que eu esteja do seu lado quando ele e a minha mãe discutem.					
Os meus pais agridem-me durante uma discussão.					
Quando os meus pais discutem não existe nada que eu possa fazer para me sentir melhor.					
Quando os meus pais discutem eu preocupo-me com possibilidade de eles poderem divorciar-se.					
Os meus pais continuam zangados, mesmo depois de terminarem uma discussão.					
Os meus pais têm discussões porque não querem continuar juntos.					
As discussões dos meus pais não são, geralmente, por minha causa.					
Quando os meus pais discutem não ouvem nada do que eu digo.					

De seguida será apresentada uma lista de afirmações que descrevem sentimentos ou experiências referentes à forma como sentes que os outros te vêem (visão que os outros têm de ti). Lê atentamente cada uma das afirmações, e assinala com uma cruz (X) o número que indica a frequência com que sentes ou experiencias o que está descrito na frase.

	1. Nunca	2. Raramente	3. Às Vezes	4. Frequentemente	5. Sempre
Sinto que as outras pessoas não me vêem como sendo suficientemente bom/boa.					
Penso que as pessoas me desprezam.					
As outras pessoas deitam-me muitas vezes abaixo.					
Sinto-me inseguro(a) acerca das opiniões dos outros sobre mim.					
As outras pessoas olham-me como se eu não estivesse à altura deles(as).					
As outras pessoas vêem-me como se eu fosse pequeno(a) e insignificante.					
As outras pessoas vêem-me como se eu fosse uma pessoa defeituosa.					
As pessoas vêem-me como pouco importante em relação aos outros.					
As outras pessoas procuram os meus defeitos.					
As pessoas vêem-me a lutar pela perfeição mas acham que não serei capaz de alcançar os meus objectivos					
Acho que os outros são capazes de ver os meus defeitos.					
Os outros criticam-me ou punem-me quando eu cometo um erro.					
As pessoas afastam-se de mim quando eu cometo erros.					
As outras pessoas lembram-se sempre dos meus erros.					
Os outros vêem-me como sendo frágil.					
Os outros vêem-me como sendo vazio(a) e insatisfeito(a).					
Os outros pensam que há qualquer coisa que falta em mim.					
As outras pessoas pensam que eu perdi o controlo do meu corpo e dos meus sentimentos.					

Em baixo, encontrarás um conjunto de afirmações que descrevem sentimentos ou experiências que podes ter. Lê cuidadosamente cada afirmação e assinala com uma cruz (X) o número que melhor indica a frequência com que sentes o que está descrito na frase.

	1. Nunca	2. Raramente	3. Às vezes	4. Frequent e-emente	5. Sempre
Sinto que nunca sou suficientemente bom.					
Sinto-me um pouco à parte.					
Penso que as pessoas me olham com superioridade.					
Geralmente costumo sentir que sou bem sucedido.					
Critico-me e desvalorizo-me a mim mesmo.					
Sinto-me inseguro em relação à opinião dos outros sobre mim.					
Em comparação com outras pessoas sinto que, de alguma forma, nunca estou à altura.					
Vejo-me como sendo pequenino e insignificante.					
Sinto que tenho muito de que me orgulhar.					
Sinto-me muito inadequado e cheio de dúvidas sobre mim mesmo.					
Sinto-me como se tivesse algum defeito enquanto pessoa, como se alguma coisa estivesse errada em mim.					
Quando me comparo com os outros acho que não sou tão importante quanto eles.					
Tenho um medo terrível que os outros notem os meus erros.					
Acho que tenho várias qualidades.					
Vejo-me a lutar por ser perfeito mas a ficar sempre aquém do que é esperado.					
Penso que os outros conseguem ver os meus defeitos.					
Quando cometo um erro sinto vontade de bater em mim mesmo.					
De uma forma global, estou satisfeito comigo.					

Eu revejo na minha cabeça vezes sem conta acontecimentos dolorosos até ficar esgotado.					
Sinto que sou uma pessoa com valor, pelo menos ao mesmo nível que os outros					
Há alturas em que sinto como se fosse quebrar-me em mil pedaços.					
Às vezes sinto-me tão pequeno como um rato.					
Há alturas em que me sinto tão exposto que só queria que se abrisse um buraco no chão e desaparecer nele.					
Tenho um vazio doloroso dentro de mim que ainda não consegui preencher.					
Sinto-me vazio e incompleto.					
Tenho uma atitude positiva para comigo mesmo.					
A minha solidão é mais como uma espécie de vazio.					
Sinto-me como se faltasse alguma coisa.					

De seguida, encontrarás algumas afirmações sobre alguns pensamentos que as pessoas podem ter. Assinala com uma cruz (x) a resposta que melhor se adequa a ti.

	1. Nunca	2. Raramente	3. Às vezes	4. Frequentemente	5. Sempre
Sinto-me culpado por ter “maus pensamentos”.					
Sinto culpa por ter deixado de fazer algo.					
Sinto culpa quando tenho desejos proibidos.					
Geralmente sinto-me culpado por não ter tempo para as pessoas que eu amo.					
Sinto-me culpado por ter alguns sentimentos que não gostaria.					
Sinto culpa por não ter força de vontade para realizar os meus propósitos.					
Sinto-me culpado quando tenho inveja.					
Sinto-me culpado por não ter administrado melhor o meu tempo.					
Estou arrependido por algo que eu não devia ter feito.					
Quando não consigo fazer as minhas obrigações a tempo, sinto-me culpado.					
Sinto remorso por fazer algo que não deveria.					
Existe algo que eu fiz a alguém e que, por isso, sinto-me culpado (a).					

Seguidamente encontrarás uma lista de 30 itens que refletem pensamentos que por vezes algumas pessoas podem ter. Assinala com uma cruz (X) a resposta que melhor expressa os teus pensamentos.

	1. Nunca	2. Quase nunca	3. Raramente	4. Às vezes	5. Frequen- temente	6. Quase sempre	7. Sempre
Pensei que seria melhor não estar vivo.							
Pensei suicidar-me.							
Pensei na maneira como me suicidaria.							
Pensei quando me suicidaria.							
Pensei em pessoas a morrerem.							
Pensei na morte.							
Pensei no que escrever num bilhete sobre o suicídio.							
Pensei em escrever um testamento.							
Pensei em dizer às pessoas que planeava suicidar-me.							
Pensei que as pessoas estariam mais felizes se eu não estivesse presente.							
Pensei em como as pessoas se sentiriam se me suicidasse.							
Desejei estar morto(a).							
Pensei em como seria fácil acabar com tudo.							
Pensei que suicidar-me resolveria os meus problemas.							
Pensei que os outros ficariam melhor se eu estivesse morto(a).							
Desejei ter coragem para me matar.							
Desejei nunca ter nascido.							
Pensei que se tivesse oportunidade me suicidaria.							
Pensei na maneira como as pessoas se suicidam.							

	1. Nunca	2. Quase nunca	3. Raramente	4. Às vezes	5. Frequen- temente	6. Quase sempre	7. Sempre
Pensei em matar-me, mas não o faria.							
Pensei em ter um acidente grave.							
Pensei que a vida não valia a pena.							
Pensei que a minha vida era muito miserável para continuar.							
Pensei que a única maneira de repararem em mim era matar-me.							
Pensei que se me matasse as pessoas se aperceberiam que teria valido a pena preocuparem-se comigo.							
Pensei que ninguém se importava se eu estivesse vivo(a) ou morto(a).							
Pensei em magoar-me mas não em suicidar-me.							
Perguntei-me se teria coragem para me matar.							
Pensei que se as coisas não melhorassem eu matar-me-ia							
Desejei ter o direito de me matar.							

Agora para te conhecer um pouco melhor, peço-te que respondas às questões que se seguem, de acordo com a tua família.

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: F  M

Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Ano de Escolaridade:

8º Ano  9º Ano  10º Ano  11º Ano  12º Ano

Outro. Qual? \_\_\_\_\_

Com quem vives?

Pais  Pais e Irmãos  Só com um dos progenitores. Qual? \_\_\_\_\_

Uma semana com um progenitor, outra semana com o outro  Avós

Outros. Quem? \_\_\_\_\_

Tens irmãos? Sim  Não  Quantos? \_\_\_\_\_ Idades? \_\_\_\_\_

Contando contigo, quantas pessoas vivem na tua casa?

2  3  4  5  6  7  Outros. \_\_\_\_\_

Os teus pais estão: juntos  ou divorciados  ?

Se na questão anterior respondeste que os teus pais **estão divorciados**, como é que o tempo é dividido entre a tua mãe e o teu pai?

---

---

Como é que a separação dos teus pais é vivida por ti?

Muito bem  Bem  Mais ou Menos  Mal  Muito Mal

E como é que a divisão do tempo entre os teus pais é vivida por ti?

Muito Bem  Bem  Mais ou Menos  Mal  Muito Mal

Alguma vez foste testemunha de violência na tua própria casa?

Sim  Não

E alguma vez foste vítima de violência na tua própria casa?

Sim  Não

Se respondeste **sim** numa das questões anteriores, indica de quem foste vítima ou entre quem é que testemunhaste violência na tua casa e que tipo de violência foi (i.e. bater, empurrar, puxar os cabelos, insultar, humilhar, chantagear, etc.)

---

---

---

Desde quando é que sofres violência em casa?

---

Desde quando é que testemunhas violência em casa?

---

Com que frequência é que essas situações ocorrem?

1 vez por mês ou menos    1 ou 2 vezes por semana    mais de 2 vezes por semana

1 vez por dia    todos os dias    mais de 1 vez por dia

Há quanto tempo ocorreu a última situação?

---

Sabes se o teu pai ou a tua mãe foram alguma vez vítimas de violência?

Sim    Não

Se respondeste **sim** anteriormente, de quem é que o teu pai ou a tua mãe foram vítimas de violência?

Mãe: \_\_\_\_\_

Pai: \_\_\_\_\_

**Tentativas de Suicídio conhecidas?**  Sim  Não

Família  Quem? \_\_\_\_\_

Amigos  Vizinhos

Figuras de Referência  Quem? \_\_\_\_\_

### **Obrigado pela tua participação!**

Se achares que precisas de falar com alguém sobre algum dos comportamentos apresentados anteriormente ou sobre outro assunto que te preocupe, podes usar os seguintes números:

**SOS Voz Amiga** (todos os dias das 16h às 24h)

21 354 45 45 91 280 26 69 96 352 46 60

**Telefone da Amizade** (todos os dias das 16h às 23h)

22 832 35 35 808 22 33 53

**Hospital Santa Maria** - 21 780 5000

**Núcleo de Suicídio do Hospital Santa Maria (NES)** - 21 780 5111